

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JÚLIA KÄFER MIGOT

**DESENVOLVIMENTO E GÊNERO:
ANÁLISE COMPARADA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CUBA E
HAITI A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Porto Alegre

2022

JÚLIA KÄFER MIGOT

**DESENVOLVIMENTO E GÊNERO:
ANÁLISE COMPARADA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CUBA E
HAITI A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Migot, Júlia Käfer

Análise Comparada da Participação Política Feminina
em Cuba e Haiti a partir da Abordagem das Capacitações
/ Júlia Käfer Migot. -- 2022.

86 f.

Orientador: Fabian Scholze Domingues.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Desenvolvimento. 2. Gênero. 3. Participação
política. 4. Haiti. 5. Cuba. I. Domingues, Fabian
Scholze, orient. II. Título.

JÚLIA KÄFER MIGOT

**DESENVOLVIMENTO E GÊNERO:
ANÁLISE COMPARADA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CUBA E
HAITI A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 03 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues – Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Pâmela Marconatto Marques
UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
UFRGS

Aos meus pais, Renato e Terezinha,
e à minha irmã, Bethlem

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado e à sociedade brasileira pela oportunidade de estudar em uma instituição de ensino gratuita e de qualidade. Em particular, agradeço à comunidade administrativa e acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por proporcionar uma formação acadêmica plural e de excelência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Agradeço às(aos) professoras(es) que tive ao longo do curso de Relações Internacionais, e em especial ao professor Fabian Scholze Domingues, que desde o Salão de Iniciação Científica orienta meus esforços de pesquisa com dedicação e encorajamento. Agradeço aos membros, antigos e novos, do GRIGs, por me mostrarem que a construção do conhecimento se dá de forma compartilhada. Sou grata à pedagoga e Mestra em Sociologia Rebecca Bernard por aceitar o convite de abordar, no espaço do GRIGs, o tópico da participação das mulheres haitianas na política, e pelas recomendações de leitura.

Dentro e fora do grupo de pesquisa, agradeço o apoio, a inspiração e a companhia das amigas Isabella e Mariane. É um privilégio compartilhar esse momento com vocês.

Agradeço também às(aos) colegas e amigas(os) da Turma 15, pela companhia durante os anos de graduação, desde a sala de aula até os projetos de extensão.

Em especial, agradeço às amigadas que acreditaram mais em mim do que eu mesma. À Clara, pelos anos de confidências e de apoio mútuos. À Bruna e à Floriane, pela sintonia nos trabalhos em grupo, nos projetos de extensão e na vida. Ao Thales, pelas discussões acadêmicas e pela amizade. À Bianca, pela inesperada amizade virtual em um período difícil, e por todos os incentivos. E ao Jerônimo, pela companhia, ternura e apoio em todos os momentos.

Por fim, e sobretudo, agradeço às minhas maiores inspirações: meus pais, Renato e Terezinha, e minha irmã, Bethlem. Obrigada por sempre incentivarem meus estudos, e pelo suporte e amor incondicionais.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a participação política feminina em Cuba e Haiti, no período de 1948 a 2022, a partir da abordagem das capacitações. A escolha destes países se deu em função de que Cuba e Haiti apresentavam, respectivamente, a maior e a menor porcentagem de mulheres no parlamento dentre os países do continente latino-americano em 2019. A metodologia utilizada consistiu na revisão de literatura e no estudo comparado. A comparação parte do reconhecimento de que os países compartilham similaridades históricas e geográficas e busca, nesse sentido, compreender as razões pelas quais a proporção de mulheres no parlamento é tão divergente. Especificamente, este trabalho busca elucidar como a lista de Capacitações Centrais desenvolvida por Martha Nussbaum pode explicar a situação da participação política feminina em Cuba e Haiti. Dessa forma, pretende-se avaliar se existe uma correlação entre a capacitação relativa à participação das mulheres na política e outras capacitações da lista, nomeadamente aquelas que dizem respeito à saúde, à educação e às normas sociais. A partir do estudo comparado, foi possível estabelecer uma correlação entre o nível de participação política feminina no parlamento e a situação do acesso à saúde e à educação nos casos de Cuba e Haiti. No que tange às normas sociais, foi possível perceber que as normas tradicionais de gênero estão presentes e constituem impasses significativos à participação das mulheres tanto em Cuba quanto no Haiti. De maneira geral, depreende-se que a abordagem das capacitações – e, especificamente, a lista das Capacitações Centrais –, a partir de sua multidimensionalidade, permitiu uma compreensão mais aprofundada da relação entre desenvolvimento e gênero, particularmente no que se refere à participação das mulheres na política, nos dois países analisados.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Gênero. Participação política. Abordagem das capacitações. Cuba. Haiti.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la participación política femenina en Cuba y en Haití, en el período de 1948 hasta 2022, a partir del enfoque de capacidades. La elección de estos países se dio en función de que Cuba y Haití presentaban, respectivamente, el más alto y el más bajo porcentaje de mujeres en el parlamento entre los países latinoamericanos en 2019. La metodología utilizada consistió en la revisión de literatura y en el estudio comparado. La comparación parte del reconocimiento de que los países comparten similitudes históricas y geográficas, y busca, en ese sentido, comprender las razones por las cuales el porcentaje de mujeres en el parlamento es tan divergente. Específicamente, este trabajo busca elucidar la manera como la lista de Capacidades Centrales, desarrollada por Martha Nussbaum, puede explicar la situación de la participación política femenina en Cuba y en Haití. De este modo, se pretende evaluar si existe una correlación entre la participación de las mujeres en la política y otras capacidades de la lista, específicamente aquellas relativas a la salud, a la educación y a las normas sociales. A partir del análisis comparativo, fue posible establecer una correlación entre el nivel de participación política femenina en el parlamento y la situación del acceso a la salud y a la educación en los casos de Cuba y Haití. En lo que atañe a las normas sociales, se percibió que las normas tradicionales de género están presentes y constituyen impedimentos significativos a la participación de las mujeres en Cuba como en Haití. De manera general, se concluye que el enfoque de capacidades – y específicamente, la lista de Capacidades Centrales – a partir de su multidimensionalidad, permitió una comprensión más agrandada de la relación entre desarrollo y género, en particular en lo que se refiere a la participación de las mujeres en la política, en los países analizados.

Palabras-clave: Desarrollo. Género. Participación política. Enfoque de capacidades. Cuba. Haití.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|--|----|
| Gráfico 1 – | IDH em comparação (1990 – 2019)..... | 21 |
| Gráfico 2 – | GII em comparação (1995 – 2019)..... | 21 |
| Gráfico 3 – | Mortalidade infantil versus média de anos de escolaridade feminina, 2010...25 | |
| Figura 1 – | Mapa Político da América Central e do Caribe..... | 32 |
| Gráfico 4 – | Porcentagem de mulheres nos Parlamentos Cubano e Haitiano, de 1948 a 2022..... | 51 |
| Gráfico 5 – | Porcentagem de mulheres na Câmara Baixa haitiana versus Participação mínima estabelecida pelas cotas..... | 55 |
| Quadro 1 – | Indicadores referentes às capacitações 1, 2 e 3..... | 58 |
| Quadro 2 – | Indicadores referentes às capacitações 4 e 6..... | 63 |
| Quadro 3 – | Índice de Normas Sociais de Gênero..... | 66 |
| Quadro 4 – | Índice de Normas Sociais de Gênero, por dimensão..... | 67 |
| Quadro 5 – | V51 - “Homens fazem líderes políticos melhores do que as mulheres” (Haiti)..... | 68 |
| Quadro 6 – | V139 - Democracia: Mulheres terem os mesmos direitos que os homens (Haiti)..... | 68 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMC | Federação de Mulheres Cubanas |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GDI | Gender Development Index |
| GII | Gender Inequality Index |
| GSNI | Gender Social Norms Index |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| MINUSTAH | Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti |
| MR-26-7 | Movimento 26 de Julho |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCC | Partido Comunista Cubano |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNB | Produto Nacional Bruto |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| RNB | Rendimento Nacional Bruto |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| WVS | World Values Survey |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO DE GÊNERO..... | 17 |
| 2.1 MENSURANDO O DESENVOLVIMENTO: PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO..... | 17 |
| 2.2 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE AMARTYA SEN | 22 |
| 2.3 DESENVOLVIMENTO E GÊNERO: O PENSAMENTO DE MARTHA NUSSBAUM..... | 27 |
| 3 ANÁLISE COMPARADA DE CUBA E HAITI | 32 |
| 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO..... | 32 |
| 3.1.1 Breve Histórico do Haiti..... | 33 |
| 3.1.2 Breve Histórico de Cuba..... | 40 |
| 3.2 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CUBA E HAITI | 48 |
| 4 ANÁLISE DE INDICADORES RELACIONADOS ÀS CAPACITAÇÕES CENTRAIS | 57 |
| 4.1 O DIREITO À VIDA E OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS | 57 |
| 4.2 O ACESSO À EDUCAÇÃO | 62 |
| 4.3 O PAPEL DAS NORMAS SOCIAIS..... | 64 |
| 4.4 CONCLUSÃO DO ESTUDO COMPARADO..... | 70 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 73 |
| REFERÊNCIAS..... | 77 |

1 INTRODUÇÃO

A atuação feminina no âmbito público é historicamente dificultada por estruturas de poder que impõem às mulheres desvantagens sistêmicas. Essas desvantagens são acirradas quando interseccionadas a outras formas de opressão, como as baseadas em raça, etnia, renda e sexualidade, dentre outras. Apesar das tentativas de limitá-las à esfera doméstica e de naturalizar sua ausência em espaços de poder decisório, as mulheres atuam politicamente de diversas maneiras, valendo-se citar os movimentos feministas organizados. Essas ações notavelmente produzem efeitos sobre o Estado; ainda assim, quando se observa o âmbito formal da política, é visível a baixa proporção, a nível global, de mulheres que ocupam esses espaços (BIROLI, 2017).

Parte-se da noção de que a agência das mulheres é um aspecto central do desenvolvimento, cuja ampliação é relevante tanto por ter valor em si mesma quanto pela sua importância na promoção de outros aspectos do desenvolvimento. Isso pode ser exemplificado, como se verá no capítulo 2, pelo impacto da alfabetização das mulheres sobre a redução da mortalidade infantil (SEN, 2010). Assim, entende-se que a baixa participação das mulheres nos espaços políticos formais configura um detrimento ao exercício de seu papel de agente, e conseqüentemente, à promoção do desenvolvimento, tanto a nível nacional quanto internacional.

Tendo isso em vista, este trabalho propõe-se a estudar a relação entre desenvolvimento e gênero por meio de uma análise comparada da participação política feminina em Cuba e Haiti. A escolha destes países originou-se de uma pesquisa realizada para o Salão de Iniciação Científica, na qual se propunha analisar, a partir da comparação entre países latino-americanos, a relação entre duas variáveis concernentes ao desenvolvimento: a educação e a participação política. Além de se haver percebido uma convergência entre as variáveis, através da construção de um gráfico de dispersão, a investigação permitiu a seguinte observação: dentre os países latino-americanos, no ano de 2019, Cuba apresentava a mais alta porcentagem de mulheres no parlamento – de 53,2% – enquanto o Haiti apresentava a mais baixa – de 2,5% na Câmara Baixa e 3,6% na Câmara Alta (IPU, 2022b).

Já se utilizava, à época, o aporte teórico da abordagem das capacitações – teoria desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen, que parte da ideia de que o desenvolvimento deve ser entendido a partir da expansão das liberdades. A abordagem também foi desenvolvida pela filósofa Martha Nussbaum, que elaborou uma lista do que

seriam as dez capacitações centrais¹ que devem ser garantidas aos cidadãos pelos seus governos. Como se verá melhor no capítulo 2, entende-se que as capacitações – que podem ser definidas, sucintamente, como o que as pessoas são capazes de fazer e de ser – são inter-relacionadas. Sob essa perspectiva, pode-se dizer que a capacitação de participar da vida política está inerentemente conectada a outras capacitações, como ter segurança alimentar, ser protegida contra a violência e poder estudar.

Nesse contexto, a pergunta que orienta este trabalho é a seguinte: como as Capacitações Centrais estabelecidas pela filósofa Martha Nussbaum podem ser utilizadas para explicar a situação da participação política feminina em Cuba e Haiti? A hipótese sugerida é de que, conforme o pressuposto de que as capacitações são inter-relacionadas, é possível observar uma correlação, nos casos de Cuba e Haiti, entre a capacitação referente à participação política e outras capacitações da lista a serem analisadas neste trabalho.

De maneira geral, o objetivo desta pesquisa é ampliar a compreensão sobre a relação entre gênero e desenvolvimento, a partir de um melhor entendimento do porquê a participação formal das mulheres na política – considerada, no âmbito da abordagem das capacitações, um aspecto constitutivo do desenvolvimento – é tão discrepante em dois países cuja história e geografia apresentam tantos pontos em comum. Mais especificamente, no intuito de responder a pergunta proposta, este trabalho objetiva 1) explanar a base teórica da abordagem das capacitações, analisando de que maneira esta abordagem do desenvolvimento permite realizar observações mais complexas acerca da realidade de uma nação, em comparação às abordagens tradicionais; 2) realizar uma análise comparada de Cuba e Haiti, incluindo o estudo da história desses países e a análise da participação política feminina em cada um e, por fim, 3) realizar a coleta e a análise de dados de indicadores relacionados aos itens da lista das Capacitações Centrais, buscando avaliar a existência de uma correlação com a participação política feminina.

Para tanto, a metodologia utilizada é a revisão de literatura e o estudo comparado quali-quantitativo do tipo *small-N*, ou seja, a comparação de um pequeno número de casos. A seleção dos casos deu-se a partir do reconhecimento de que Cuba e Haiti compartilham diversas similaridades históricas e geográficas, como será visto no capítulo 3; frente a essas similaridades, busca-se entender as razões pelas quais o resultado – no caso, a participação política feminina no parlamento – é tão divergente. Cabe notar que, nessa forma de comparação, a escolha dos casos é deliberada, e realiza-se uma análise mais aprofundada de cada nação, incluindo questões históricas como “os processos sociais subjacentes que estão

¹ A lista das Capacitações Centrais é abordada no capítulo 2.

por trás de variáveis macro” (EBBINGHAUS, 2005, p. 149, tradução nossa)². A escolha do método comparativo também é pertinente no contexto da utilização do aporte teórico da abordagem das capacitações, haja vista que esta teoria permite uma comparabilidade entre nações, método que foi frequentemente utilizado por Sen (1999) de maneira a realizar o propósito avaliativo da abordagem. O economista entende, como será visto no capítulo 2, que a comparação pode ser utilizada para estudar e enfatizar diversos aspectos relevantes do desenvolvimento.

Não há, nesse sentido, a intenção de encontrar generalizações, de “provar” ou “desprovar” a teoria em questão e tampouco de afirmar a existência de relações de causalidade, haja vista que qualquer uma destas ambições requereria uma discussão metodológica mais aprofundada, que não cabe no espaço deste trabalho. Portanto, esta pesquisa propõe-se a utilizar o método comparativo como forma de ampliar a compreensão acerca da participação política feminina no casos de Cuba e Haiti, tendo em consideração também os processos históricos desses países. Busca-se, ainda, avaliar se existe uma correlação entre a capacitação referente à participação política feminina e outras capacitações consideradas centrais.

A partir deste trabalho, busca-se contribuir para os estudos acerca da relação entre desenvolvimento e gênero, especificamente no que tange à participação política feminina, visto que é uma questão que atravessa todas as nações e que, como se verá, está relacionada de forma inerente à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento nacional e internacional. Somado a isso, o desenvolvimento tem um papel central nas discussões internacionais e no direcionamento das políticas normativas difundidas pelas organizações internacionais e na adoção, por sua vez, de políticas pelos Estados. Inserida no paradigma do desenvolvimento também está a questão da igualdade de gênero. Dessa forma, o tema deste trabalho justifica-se não só pelo estudo comparativo entre nações, mas também pela relevância do debate acerca de desenvolvimento e gênero a nível internacional. Nesse contexto, Nussbaum (2000, p. 104, tradução nossa), tratando de sua versão normativa da abordagem das capacitações, aponta como desejável que “a comunidade de nações alcance um consenso transnacional quanto à lista de capacitações, como um conjunto de objetivos

² No original: “[...] the underlying social processes that stand behind macro-variables” (EBBINGHAUS, 2005, p. 149).

para a ação cooperativa internacional e um conjunto de comprometerimentos que cada nação detém para com seu próprio povo”³.

Assim, a justificativa deste esforço de pesquisa se dá no sentido da importância de (re)pensar o desenvolvimento a partir de uma multidimensionalidade, que leve em consideração não somente o crescimento econômico, mas também os aspectos necessários para que as pessoas possam, como colocado por Sen e Nussbaum, levar uma vida que elas tenham razão para valorizar. No caso desta monografia, ressalta-se, especificamente, a importância de promover a agência das mulheres em todos os âmbitos da vida, por meio de políticas públicas adequadas, que sejam elaboradas a partir das demandas da população, levando em consideração as particularidades locais e logrando, assim, promover avanços duradouros sobre as capacitações das mulheres e de todas as pessoas.

A estrutura deste trabalho está dividida em cinco partes, incluindo esta introdução. O capítulo 2 dedica-se, em primeiro lugar, a apresentar as formas tradicionais de mensurar o desenvolvimento, contrapondo-as às medidas mais abrangentes que foram elaboradas sob a influência da abordagem das capacitações. Realiza-se, então, uma breve exposição dos principais pontos teóricos da abordagem das capacitações de Amartya Sen, em especial no que se refere à agência das mulheres. Por fim, o subtópico 2.3 encerra o capítulo trazendo as contribuições de Martha Nussbaum à abordagem das capacitações, incluindo a lista das dez Capacitações Centrais elaborada pela autora e considerações importantes sobre essa base normativa.

O capítulo 3, por sua vez, dedica-se ao estudo comparado de Cuba e Haiti no que se refere à sua história e à evolução da participação política feminina. Primeiramente, faz-se uma breve retomada do processo histórico de cada país, tendo em vista a importância do entendimento desses acontecimentos para o estudo do cenário atual. Realiza-se, então, uma comparação da participação feminina nos parlamentos cubanos e haitianos, de 1948⁴ a 2022, no intuito de observar e compreender melhor a evolução da presença das mulheres nos espaços políticos desses países.

Já o capítulo 4 compreende a comparação de indicadores que se relacionam a itens da lista de Capacitações Centrais, para além de participação política, no intuito de avaliar se existe alguma correlação entre a situação dessas capacitações nos casos de Cuba e Haiti. Os

³ No original: “In the long run, it is highly desirable that the community of nations should reach a transnational overlapping consensus on the capabilities list, as a set of goals for cooperative international action and a set of commitments that each nation holds itself to for its own people” (NUSSBAUM, 2000, p. 104).

⁴ O ano de 1948 como início do período avaliado se dá em função de este ser o primeiro ano compreendido pela base de dados.

itens selecionados foram divididos em três âmbitos: o primeiro âmbito está relacionado ao direito à vida e aos direitos sexuais e reprodutivos, que compreendem os itens 1 (*Vida*), 2 (*Saúde corporal*) e 3 (*Integridade corporal*). Já o segundo âmbito diz respeito ao acesso à educação, que está associado às capacitações dos itens 4 (*Sentidos, imaginação e pensamento*) e 6 (*Razão prática*). A terceira parte diz respeito ao papel das normas sociais. Este fator pode ser associado ao item 7 (*Afiliação*). O capítulo 5, por fim, compreende as considerações finais decorrentes da realização desta pesquisa, retomando os principais resultados observados.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO DE GÊNERO

Este capítulo objetiva apresentar a base teórica deste trabalho, relacionando-a com a questão de gênero. A primeira subseção discorre acerca do debate entre abordagens tradicionais de desenvolvimento e a abordagem das capacitações, analisando brevemente os impactos desta última sobre as formas de pensar o desenvolvimento. A segunda subseção, por sua vez, realiza um breve aprofundamento sobre a abordagem das capacitações de Amartya Sen, especialmente no que se refere aos princípios teóricos mais relevantes para este trabalho. Por fim, a terceira subseção aborda uma segunda versão desta teoria, desenvolvida por Martha Nussbaum, e suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero como aspecto do desenvolvimento.

2.1 MENSURANDO O DESENVOLVIMENTO: PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Como posto por Fonseca (2015), pode ocorrer que certos conceitos econômicos tenham alterações em seu sentido conforme a abordagem teórica que se está empregando. É o que ocorre com o termo “desenvolvimento”. O discurso do desenvolvimento toma forma a partir do pós-Segunda Guerra Mundial (DWIVEDI; KHATOR; NEF, 2007) e, desde então, diversas correntes teóricas o definiram de maneiras distintas (ESCOBAR, 2005). Para os propósitos deste trabalho, esta seção irá concentrar-se em apenas dois paradigmas de desenvolvimento: a chamada abordagem *mainstream* e a abordagem das capacitações.

A abordagem *mainstream* – a escola econômica dominante –, ao analisar o desenvolvimento e a qualidade de vida em uma nação, considera que estes fatores estão correlacionados à industrialização, ao avanço tecnológico, ao aumento da renda e às medidas de crescimento econômico⁵. Uma das medidas mais empregadas para mensurar o desenvolvimento é o PIB *per capita* (NUSSBAUM, 2011; SEN, 2010). O PIB é uma medida amplamente utilizada desde sua elaboração na década de 1930. Estimativas do PIB, originalmente utilizadas pelos Estados Unidos em um momento de recente recuperação da Crise de 1929, ganharam força globalmente a partir da Conferência de Bretton-Woods e passaram a ser utilizadas como principal indicador do progresso econômico por instituições

⁵ Para os propósitos deste trabalho, são citadas diversas medidas de crescimento econômico, como o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Rendimento Nacional Bruto (RNB). Todas elas fazem referência às formas tradicionais de mensurar o desenvolvimento.

como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (COSTANZA *et al.*, 2009). No entanto, sabe-se que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para mitigar as desigualdades sociais e aumentar a qualidade de vida de uma população (SACHS, 1980; SEN, 2010). Nesse sentido, Nussbaum (2011) aponta que, em classificações de países a partir do PIB, algumas nações com alta desigualdade social acabavam ficando em posições relativamente altas. Dado que “países respondem a classificações públicas que afetam sua reputação internacional” (NUSSBAUM, 2011, p. 9, tradução nossa), o modelo *mainstream* não incentivava as nações a buscarem a melhoria de vida de suas populações, restringindo-se a objetivar o crescimento econômico.

Ainda nesse contexto, em oposição a teóricos que tratam o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, o economista Amartya Sen (2010) entende que o fator da renda, apesar de importante, é apenas um dos vários aspectos que compõem esse fenômeno. A respeito do tópico, o teórico afirma que “o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus *frutos* são aproveitados” (SEN, 2010, p. 66, grifo do autor). De fato, Sen reconhece, por exemplo, a existência de uma correlação positiva entre o aumento da expectativa de vida e o aumento do PNB; porém, esta correlação está condicionada ao impacto do PNB sobre outros fatores, em especial a renda dos mais pobres e os gastos públicos em saúde. Para exemplificar essa afirmação, Sen aponta que existem países cujas economias tiveram crescimento significativo mas que não promoveram um aumento comparável na expectativa de vida, citando o caso do Brasil. Por outro lado, algumas nações que não apresentaram grande crescimento econômico lograram aumentar a expectativa e a qualidade de vida – aqui, Sen cita Sri Lanka e China pré-reforma (SEN, 2010). Acredita-se ser válido acrescentar também Cuba como exemplo nesse caso, visto que, enquanto o PIB cubano é baixo, a nação tem uma expectativa de vida alta. Em 2020, o PIB cubano foi de 107,3 bilhões de dólares, sendo inclusive próximo ao PIB cingalês, que foi de 84,5 bilhões de dólares em 2021. A similaridade também é notável no que se refere à expectativa de vida, que é de 77 anos em Sri Lanka e de 78,8 anos em Cuba, conforme dados de 2019. Para fins de comparação, vale citar os dados do Brasil – cujo PIB foi de 1,6 trilhão de dólares em 2021, e cuja expectativa de vida era de 75,9 anos em 2019 – e do Haiti, que apresentou um PIB de 20,9 bilhões de dólares em 2021 e uma expectativa de vida de 64 anos em 2019 (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2022c; WORLD BANK, 2022a). Quando se analisa o Haiti, percebe-se tanto o PIB quanto a expectativa de vida baixos, relação que, diferentemente das anteriores, parece ser compreendida pela interpretação clássica de

desenvolvimento. A situação do desenvolvimento cubano e haitiano será retomada ainda nesta subseção.

Somado a isso, Sen (2010) aponta que existem diversos fatores que podem provocar variações sobre a liberdade que realmente advém da renda de uma pessoa. São as seguintes: a) heterogeneidades pessoais, visto que as pessoas têm necessidades financeiras distintas por conta de características como idade, gênero, doenças e deficiências; b) diversidades ambientais, referentes às condições climáticas que podem alterar a qualidade de vida das pessoas de uma certa região; c) variações no clima social, que incluem questões como a situação da educação pública e a prevalência de crime e violência em determinado local; d) diferenças em perspectivas relacionais, referentes aos comportamentos na comunidade em que alguém está inserido; e, e) distribuição dentro da família, visto que a família é a unidade de análise considerada pelas abordagens baseadas na renda. Este último ponto é particularmente relevante para o estudo sobre a situação das mulheres, visto que a distribuição entre os membros pode mudar conforme diversos fatores, incluindo gênero (SEN, 2010). Nesse sentido, mesmo participando de uma família com uma renda boa, a liberdade de uma mulher pode ficar condicionada a esses arranjos.

Assim, questionando estudos cuja mensuração do desenvolvimento era baseada apenas em fatores como PIB ou renda, Sen desenvolve como alternativa a abordagem das capacitações, cujos preceitos teóricos serão melhor abordados na subseção 2.2. A partir do uso dessa abordagem, Sen colaborou com o economista paquistanês Mahbub ul Haq para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Uma alternativa para a mensuração do desenvolvimento nacional, o IDH é composto por três dimensões – renda, educação e saúde. A dimensão da renda é medida pelo PNB *per capita*; a dimensão da educação é mensurada pelos anos de escolaridade de adultos de 25 anos ou mais e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças em idade de entrada na escola; e a dimensão da saúde, por sua vez, é medida pela expectativa de vida ao nascer (UNDP, 2022c). Nota-se que o PNB *per capita* segue sendo utilizado como medida, mas é acrescido de outros indicadores. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2022, online), “o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento”. Dessa forma, a organização utilizou parcialmente a abordagem das capacitações como base para promover uma reorientação do debate sobre desenvolvimento e políticas públicas no

contexto internacional. A teoria⁶ foi um importante pilar para a construção de iniciativas como os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH)⁷ (NUSSBAUM, 2011; SEN, 2010).

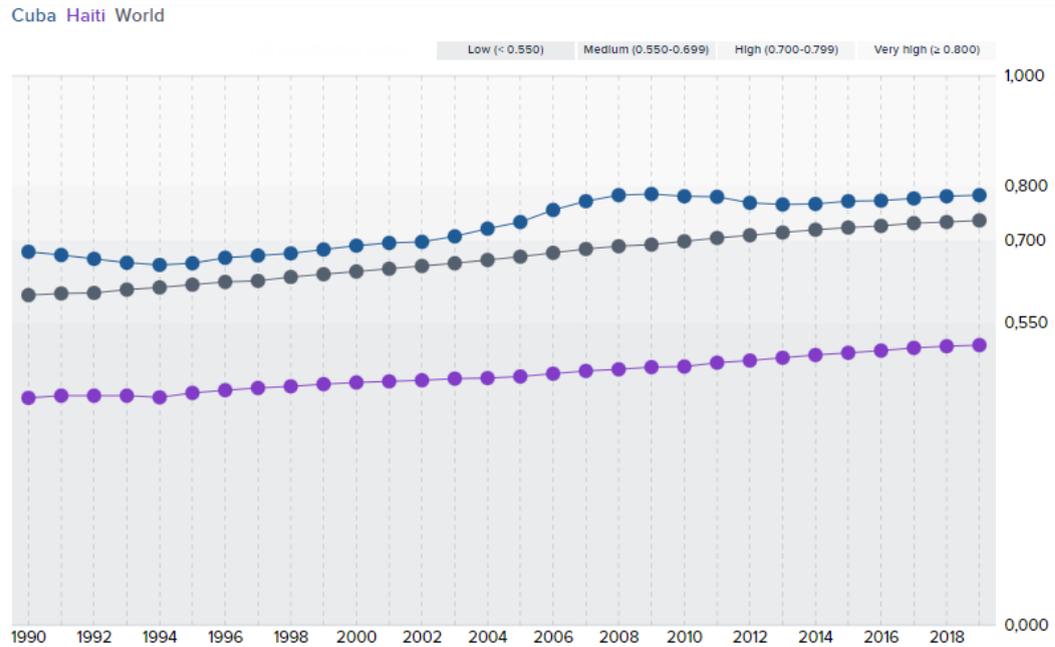
Além do IDH, o PNUD criou também outros índices para medir a situação do desenvolvimento em cada país. Esses índices abarcam outros aspectos do desenvolvimento que não são incluídos no IDH, podendo ser interessante analisar como a classificação das nações muda conforme os indicadores analisados. Dentre esses índices alternativos, três são voltados para questões de gênero: o Índice de Desigualdade de Gênero (*Gender Inequality Index* – GII), o Índice de Desenvolvimento de Gênero (*Gender Development Index* – GDI) e o Índice de Normas Sociais de Gênero (*Gender Social Norms Index* – GSNI). O GII é composto pelas seguintes dimensões: saúde (medida pela mortalidade materna e pelo número de nascimentos oriundos de mulheres entre 15 e 19 anos); empoderamento (mensurado pela população feminina e masculina com pelo menos educação secundária e pela porcentagem ocupada pelas mulheres no parlamento); e mercado de trabalho (medido pela participação feminina e masculina na força de trabalho) (UNDP, 2022b). Já o GDI utiliza as dimensões de saúde (mensurada pela expectativa de vida feminina e masculina ao nascer); educação (expectativa de anos de escolaridade feminina e masculina de crianças e anos de escolaridade de adultos de 25 anos ou mais); e domínio sobre recursos econômicos (estimativa de renda de homens e mulheres) (UNDP, 2022a). Por fim, o GSNI⁸ utiliza indicadores de crenças sociais, divididos nas dimensões política, educacional, econômica e de integridade física (UNDP, 2020c).

Vale retomar os casos de Cuba e Haiti para entender como o uso dessas novas medidas fornece resultados distintos daqueles baseados apenas em medidas de crescimento econômico no que se refere às classificações de países, por exemplo. Na classificação global por Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* de 2019, Cuba fica na posição 115 e Haiti na posição 177 (UNDP, 2022c). Já quando se analisa a classificação com base no IDH, também de 2019, Cuba sobe para a posição 70 e Haiti para a posição 170 (UNDP, 2022c). Pode-se observar comparativamente o IDH de Cuba (em azul), do mundo (em cinza) e do Haiti (em roxo) no gráfico a seguir:

⁶ Nussbaum (2011) discorre acerca dos diferentes nomes atribuídos à abordagem das capacitações, que por vezes é chamada de abordagem do desenvolvimento humano, afirmando que as diferenças significativas referem-se ao fato desta segunda nomenclatura ser historicamente associada ao PNUD e ao IDH.

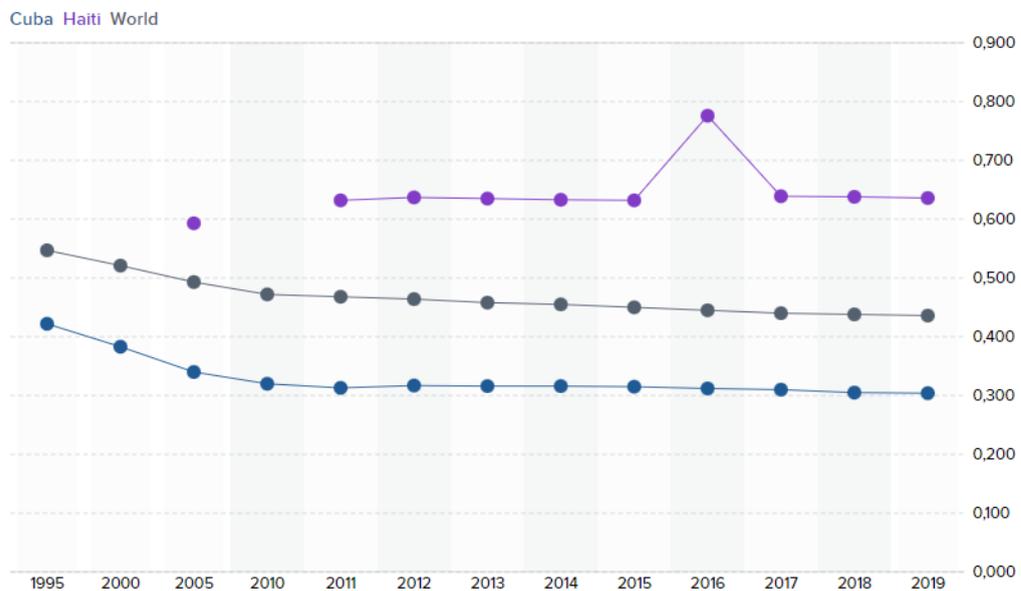
⁷ Os RDH são documentos publicados anualmente que incluem o IDH de várias nações (PNUD, 2022).

⁸ O GSNI será retomado no subtópico 4.3, ao analisar-se a questão das normas sociais.

Gráfico 1 – IDH em comparação (1990 – 2019)

Fonte: UNDP, 2020a.

De maneira similar, na classificação do GII (2019), Cuba fica na posição 67 e Haiti na 152 (UNDP, 2022b). Ainda, quando se analisa apenas o indicador de expectativa de vida ao nascer (2019), Cuba sobe para a 40ª posição, enquanto o Haiti cai em relação ao GII, ficando na 163ª posição (UNDP, 2022c). Para fins de visualização, o gráfico abaixo apresenta o Índice de Desigualdade de Gênero (GII) de Haiti (em roxo), do mundo (em cinza) e de Cuba (em azul):

Gráfico 2 – GII em comparação (1995 – 2019)

Fonte: UNDP, 2020a.

Dessa forma, partindo do postulado de Nussbaum (2011) de que os países respondem a classificações que afetam sua reputação internacional, é possível que a utilização de classificações que adotam medidas além do crescimento econômico incentive as nações a promoverem também outros aspectos do desenvolvimento, que por sua vez exercem efeitos positivos sobre a qualidade de vida de uma população. Nesse sentido, nota-se que a adoção de uma base informacional mais ampla traz à luz a multidimensionalidade do desenvolvimento (SEN, 2010), ideia que será melhor explorada no subtópico a seguir.

Assim, é notável que a abordagem das capacitações, ao propor-se uma alternativa às abordagens baseadas apenas no crescimento econômico (NUSSBAUM, 2011), provocou mudanças significativas sobre a forma como o desenvolvimento é discutido internacionalmente. Isso pode ser percebido não somente pelas novas unidades de mensuração adotadas, mas também pelas unidades de análise utilizadas – que passam a compreender o nível individual e não somente o núcleo familiar. O próximo subtópico apresenta brevemente os principais preceitos teóricos da abordagem das capacitações que são relevantes para este trabalho.

2.2 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE AMARTYA SEN

O cerne da concepção de desenvolvimento elaborada pelo economista indiano Amartya Sen é a expansão das liberdades. Mais especificamente, o desenvolvimento se dá quando são promovidas as liberdades – as oportunidades e as escolhas – que as pessoas têm de exercerem sua condição de agente. Para que isso seja possível, é preciso reconhecer os diversos fatores (e os encadeamentos entre eles) que influenciam a possibilidade das pessoas terem uma vida que elas possam, com razão, valorizar (SEN, 2010). Nesse sentido, essa abordagem do desenvolvimento é ancorada no conceito de “capacitação”. O termo capacitação será utilizado como tradução do original *capability*, visto que a palavra “capacidade” forneceria uma ideia limitada em comparação àquela que vocábulo original, que é formado pela junção das palavras *capacity* (capacidade) e *ability* (habilidade), pretende transmitir. Sen definiu capacitação como a “liberdade substantiva para alcançar combinações variadas de funcionamentos”⁹ (SEN, 1999, p. 75, tradução nossa) – funcionamentos, por sua vez, se referem ao que as pessoas conseguem fazer ou ser. Para se expandir a liberdade, portanto, é preciso que as pessoas possam realizar diversas capacitações; por conta disso, essa

⁹ No original: “the substantive freedom to achieve alternative functioning combinations” (SEN, 1999, p. 75).

perspectiva de desenvolvimento – que ficou conhecida como abordagem das capacitações – é intrinsecamente multidimensional (SEN, 2010).

O caráter multidimensional da abordagem das capacitações a distingue de abordagens mais tradicionais, haja vista que se propõe a utilizar uma base informacional distinta, a qual inclui mas não se limita à questão da renda. A partir de uma base informacional mais ampla, tem-se a possibilidade de criar políticas mais compreensivas, visto que são levados em conta mais dados e fatores que também influenciam a qualidade de vida das pessoas. Sen ressalta que o indicador de renda por si só não permite uma análise compreensiva das privações que as pessoas podem enfrentar, como é o caso daquelas causadas por desigualdade de gênero ou mesmo o nível de mortalidade de uma população (SEN, 2010).

Quando se entende o desenvolvimento a partir da abordagem das capacitações, é central observar a relação de mão dupla que essa perspectiva prevê: a implementação de políticas públicas adequadas e eficientes leva à promoção das capacitações das pessoas e, por sua vez, o acesso às capacitações participativas faz com que as pessoas possam exercer influência sobre o rumo das políticas públicas. Isso está diretamente relacionado à condição de agente do indivíduo, aspecto bastante reforçado por Sen. O economista define sua concepção de “agente” como alguém que ocasiona mudanças e que tem influência sobre o mundo. Esse é um aspecto central para o desenvolvimento – que volta a ressaltar a importância da liberdade individual – no entanto, a existência dessa relação de mão dupla exige que a liberdade individual seja entendida como um compromisso social, visto que os arranjos sociais têm influência sobre o alcance da agência do indivíduo (e vice-versa) (SEN, 2010). Isso também se relaciona ao fato de que Sen (1999) considera a liberdade como meio e fim do desenvolvimento. A liberdade tem uma importância intrínseca – um papel constitutivo – no desenvolvimento, e também uma eficiência instrumental, no sentido de que algumas liberdades promovem outras.

Ademais, visto que Sen define capacitação como uma liberdade substantiva, e afirma que o desenvolvimento é constituído da expansão dessas liberdades, cabe analisar o que o autor quer dizer com o termo “substantiva”. Essencialmente, a liberdade substantiva se refere a aquilo que se pode transformar em realização. Frequentemente, mesmo quando as pessoas têm certas liberdades formalmente explicitadas em lei, elas podem não chegar a se concretizar por diversos motivos (SEN, 2010). Um exemplo deste cenário, a ser analisado no próximo capítulo, é o fato de que, em vários países que apresentam cotas políticas de gênero, a porcentagem de mulheres que realmente ocupam os espaços políticos está muito abaixo do número mínimo determinado por essas medidas (HTUN; JONES, 2002). Nesse sentido, para

promover o desenvolvimento é necessário não somente estabelecer medidas normativas formais, mas também garantir sua implementação e manutenção adequada. Essa distinção entre liberdades formais e liberdades substantivas será empregada neste trabalho para permitir uma análise mais compreensiva da situação da participação política feminina.

Também é relevante ter em conta que, no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas, Sen entende que se deve valorizar a oportunidade de escolha do indivíduo. Nesse sentido, a liberdade de poder escolher é central ao conceito de capacitação. O exemplo utilizado pelo economista para ilustrar esse argumento também auxilia a entender a distinção entre funcionamento e capacitação: existe uma diferença entre alguém que passa fome de forma involuntária e alguém que escolhe jejuar; no primeiro caso, a pessoa não tem a opção de comer (e por conseguinte, também não tem a opção de jejuar), enquanto no segundo caso, a pessoa pode escolher não comer. Nesse exemplo, comer é o funcionamento, enquanto escolher entre comer ou não comer é a capacitação (SEN, 2010). A filósofa Martha Nussbaum, que trouxe contribuições à abordagem das capacitações, as quais serão tratadas mais especificamente ainda neste capítulo, também utilizou este exemplo para afirmar que os objetivos das políticas públicas devem ser – por conta do respeito à liberdade de escolha das pessoas – focados em capacitações, não em funcionamentos (NUSSBAUM, 2000).

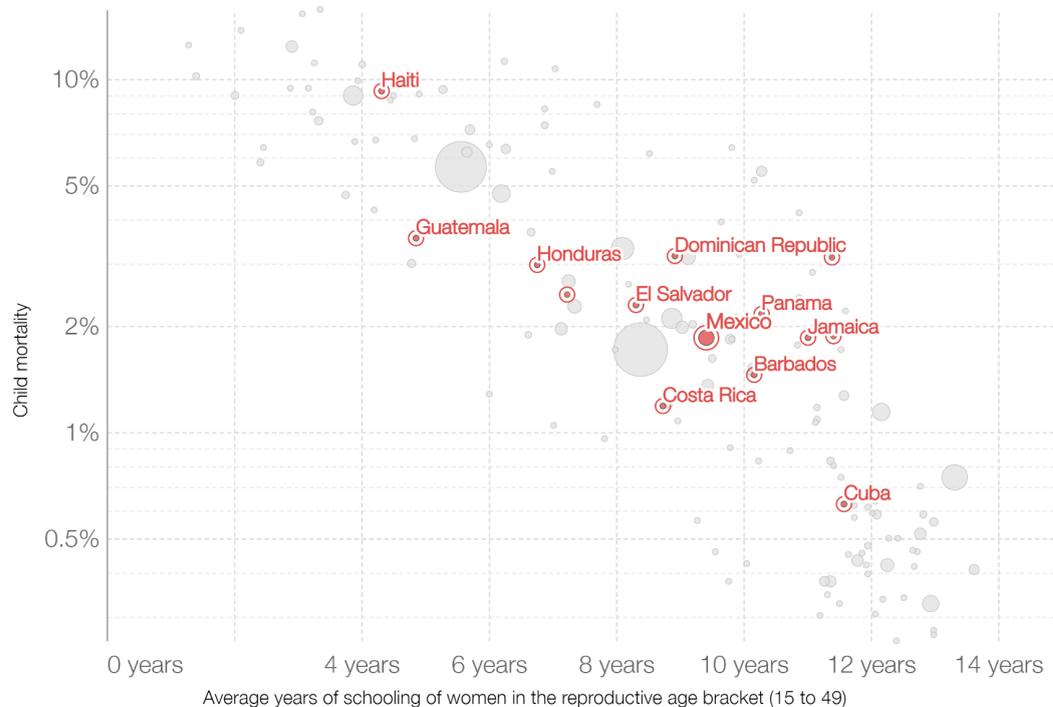
Outrossim, um dos métodos que a abordagem das capacitações permite é a comparabilidade. A comparação entre indicadores de diferentes países é uma forma de realizar o propósito avaliativo da teoria. Todavia, Sen (1999) afirma que não existe um critério único ou definitivo de desenvolvimento a partir do qual se poderia sempre comparar e ordenar diferentes nações. A comparação, em lugar disso, pode ser utilizada para estudar e enfatizar diversos aspectos relevantes do desenvolvimento. Sob essa perspectiva, eventuais divergências em classificações não são prejudiciais à abordagem, tampouco a ausência de uma unanimidade. Pelo contrário, o teórico ressalta que os debates sobre esses assuntos integram o “processo de participação democrática que caracteriza o desenvolvimento” (SEN, 1999, p. 34, tradução nossa). Ainda nesse sentido, Sen ressalta que, ao se avaliar o desenvolvimento, a abordagem utilizada deve ser adaptada às particularidades das sociedades em questão e das políticas públicas a serem estudadas. Isso inclui levar em conta os valores que influenciam as escolhas das pessoas, bem como as circunstâncias em que elas estão inseridas (SEN, 1999). Assim, não se busca uma fórmula definitiva, mas sim aprimorar os estudos sobre aspectos do desenvolvimento que vão além de indicadores como renda, e os quais as pessoas tenham razão para valorizar.

No que se refere especificamente a questões de gênero, Sen afirma que a agência das mulheres é central para a análise do desenvolvimento. A relevância do conceito de agência para o economista faz-se notar quando é enfatizada a diferença entre dois aspectos essenciais à luta feminista: o bem-estar e a condição de agente. Esses aspectos, porém, também apresentam uma interseção, no sentido da relação de mão dupla mencionada anteriormente. Assim, entende-se que a condição de agente das mulheres pode ter um papel significativo para a mitigação das desigualdades de gênero que impedem o bem-estar feminino. Da mesma forma, a promoção do bem-estar feminino aumenta a possibilidade de que as mulheres exerçam sua condição de agente. Muitos exemplos contribuem para confirmar esse entendimento: sabe-se que a alfabetização das mulheres (promovida por políticas públicas relacionadas à melhoria do bem-estar) tem impacto significativo na diminuição da mortalidade de crianças menores de 5 anos (decorrente do aumento da agência das mulheres permitido pela alfabetização) (SEN, 2010). Um gráfico apresentando a correlação entre mortalidade infantil e a média de anos de escolaridade das mulheres pode ser observado abaixo:

Gráfico 3 – Mortalidade infantil versus média de anos de escolaridade feminina, 2010

Child mortality vs. women's average years of schooling, 2010

The child mortality rate is the share of children who die before reaching the age of five.



Source: UN Population Division, Barro Lee Education Dataset

OurWorldInData.org/chil

Percebe-se que existe uma correlação entre as variáveis, e que, quando se observam os países da América Central, como disposto no gráfico, Haiti e Cuba apresentam uma oposição significativa. No que se refere à relação de mão dupla mencionada, cabe notar que o aumento da agência das mulheres pode ter efeitos sobre a discussão pública a respeito de diversos temas, incluindo o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à alfabetização feminina (SEN, 2010). Tendo isso em consideração, o estudo do desenvolvimento deve incluir diversas variáveis que exercem “um papel unificado de dar poder às mulheres” (SEN, 2010, p. 249).

Ainda neste tópico, é importante notar que outras variáveis, como o aumento da alfabetização masculina, ou mesmo a diminuição geral da pobreza, têm uma eficiência comparativamente muito menor sobre a redução da mortalidade infantil. O mesmo ocorre quando se analisa outro fator central para promover o bem-estar e a agência das mulheres: a redução da taxa de fecundidade. Existe relação significativa entre o aumento da alfabetização feminina e a diminuição da taxa de fecundidade. Porém, o impacto de “variáveis relacionadas ao progresso econômico geral” sobre a taxa de fecundidade é comparativamente mais fraco (SEN, 2010, p. 258). Assim, a partir da análise desses exemplos, pode-se afirmar que a agência das mulheres tem um papel determinante não somente para a diminuição da desigualdade de gênero, como também para a promoção do desenvolvimento de maneira geral (SEN, 2010).

Até agora, este subtópico focou na versão original da abordagem das capacitações – aquela elaborada por Amartya Sen. No entanto, é importante notar que a teórica Martha Nussbaum posteriormente partiu desta abordagem para criar uma segunda versão, que difere em alguns aspectos da original. Assim, cabe complementar esta seção com algumas das críticas que Nussbaum faz à abordagem de Sen, antes de aprofundar o estudo sobre sua própria versão no próximo subtópico.

Em sua obra “Creating Capabilities”, Nussbaum (2011, p. 19, tradução nossa) afirma que o objetivo de Sen está centralizado em “identificar a capacitação como o melhor espaço de comparação para os propósitos de avaliação da qualidade de vida”. A autora difere de Sen ao afirmar que a comparação não é suficiente, sendo necessária também uma base normativa referente a uma noção de justiça social mínima. Mesmo sendo uma teoria normativa que explicitamente envolve questões de justiça, Sen não propõe uma definição de justiça básica. Ainda nesse sentido, Nussbaum aponta que o economista trata da liberdade como um bem social que serviria a todos os propósitos, e de todas as capacitações como expressões válidas de liberdade. Em contraposição a isso, no entanto, a filósofa enfatiza que “algumas liberdades limitam outras” (NUSSBAUM, 2011, p. 71, tradução nossa). Por conta disso, afirma que a

seleção de capacitações é essencial para que se possa utilizar a abordagem para tratar de justiça.

Assim, a filósofa faz um importante adendo à abordagem de Sen, afirmando que algumas capacitações simplesmente não têm tanta importância, enquanto outras podem inclusive ser utilizadas para prejudicar pessoas vulneráveis. Essa questão pode ser exemplificada, inclusive, pela desigualdade de gênero: como posto pela autora, no intuito de promover justiça de gênero, é imprescindível limitar a liberdade masculina (NUSSBAUM, 2011). Nesse sentido, ao elaborar uma versão teórica da abordagem que se pretende uma base normativa de justiça social, a filósofa adota o conceito de dignidade humana como aspecto teórico central para selecionar as capacitações que compreendem o nível mínimo a ser garantido constitucionalmente pelos Estados (NUSSBAUM, 2011). Dessa forma, sua obra aprofunda o debate sobre liberdade e traz ferramentas teóricas para além da comparabilidade. Esses e outros aspectos da sua abordagem serão melhor desenvolvidos na próxima seção.

2.3 DESENVOLVIMENTO E GÊNERO: O PENSAMENTO DE MARTHA NUSSBAUM

Em seu livro “Women and Human Development”, Nussbaum (2000) desenvolve sua versão da abordagem das capacitações e utiliza-a como base para pensar a situação das mulheres que vivem em países em desenvolvimento. Esse foco é justificado pelo fato de que, dado que as mulheres são submetidas a circunstâncias de desigualdade política, econômica e social, também suas capacitações são desiguais, e esses obstáculos, apesar de existirem em todos os países, costumam ser ainda mais acirrados nos países em desenvolvimento. Em comparação aos homens, Nussbaum (2000) aponta que as mulheres têm menos chances de terem acesso à alimentação adequada, saúde e alfabetização, além de serem mais vulneráveis à violência física e sexual. Todos esses impasses, que derivam da discriminação de gênero e ao mesmo tempo sustentam sua continuidade, fazem com que as mulheres tenham menos oportunidades (NUSSBAUM, 2000).

Somado a isso, Nussbaum (2000, p. 2) aponta que “não existe país que trate suas mulheres tão bem como seus homens”, citando como exemplo os resultados presentes no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997. Vinte e cinco anos depois, o Fórum Econômico Mundial ainda prevê 132 anos até que se mitigue a desigualdade de gênero no mundo (WORLD ECONOMIC FORUM, 2022). Em decorrência dessa incidência global, a teórica ressalta que atuar adequadamente frente a questões de desenvolvimento exige entender os problemas causados pela discriminação de gênero. Sob essa perspectiva, a autora propõe

uma abordagem de desenvolvimento internacional que incluía soluções para os problemas enfrentados pelas mulheres nos países em desenvolvimento. Essa abordagem é ancorada em uma linha argumentativa feminista e filosófica, que sustenta a proposição de estabelecer uma base de princípios constitucionais que representem o mínimo necessário para garantir o respeito à dignidade humana e que deveriam ser implementados por todos os países (NUSSBAUM, 2000).

Dessa forma, a abordagem é baseada em um tipo de universalismo, no sentido em que a autora entende que as capacitações consideradas mínimas podem ser um consenso mesmo entre pessoas que partem de diferentes concepções do que é “bom”. Isso é possível porque a versão de Nussbaum faz uso de um universalismo “sensível ao pluralismo e às diferenças culturais” (NUSSBAUM, 2000, p. 8), de forma que as políticas que venham a decorrer da seleção de princípios constitucionais mínimos devem ser adaptadas às complexidades de cada nação. Ademais, parte-se da ideia de que cada pessoa deve ser entendida como um fim, em oposição a ser tratada como um meio para os fins de outra pessoa ou grupo (como frequentemente ocorre com as mulheres). Assim, o objetivo central é promover as capacitações de cada pessoa, expandindo as suas oportunidades de ser e fazer o que valorizam (NUSSBAUM, 2000).

Tendo isso em consideração, Nussbaum (2000, p. 78-80, tradução nossa) elaborou uma lista de capacitações consideradas mínimas, sem as quais alguém não consegue viver de acordo com a dignidade humana. Cabe observar a lista:

CAPACITAÇÕES FUNCIONAIS HUMANAS CENTRAIS

- 1. Vida.** Poder viver até o final de uma vida humana de duração normal; não morrer prematuramente [...].
- 2. Saúde corporal.** Poder ter boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; ser adequadamente nutrido; ter abrigo adequado.
- 3. Integridade corporal.** Poder mover-se livremente de lugar a lugar; ter seus limites corporais tratados como soberanos, por exemplo, ser protegido contra violência, incluindo violência sexual, abuso sexual infantil, e violência doméstica; ter oportunidades para satisfação sexual e escolha em termos de reprodução.

Os três primeiros itens, por conta de sua forte inter-relação, serão analisados conjuntamente no subtópico 4.3.1. Sabe-se que o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva tem impacto significativo sobre a saúde materna e infantil e é essencial para aumentar a autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas (STARRS *et al.*, 2018). Portanto, a ausência dessas capacitações constitui um impedimento significativo também à sua participação no âmbito político. Segue:

4. Sentidos, imaginação e pensamento. Poder usar os sentidos, para imaginar, pensar e raciocinar – e fazer essas coisas de forma “verdadeiramente humana”, uma forma informada e cultivada por uma educação adequada, incluindo, mas não limitada a, alfabetização e treinamento matemático e científico básico. Poder usar a imaginação e o pensamento em conexão a experimentar e produzir trabalhos auto expressivos [...]. Poder usar a mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão com respeito ao discurso político e artístico, e à liberdade religiosa. Poder buscar o sentido da vida de sua própria maneira. Poder ter experiências agradáveis, e evitar dor desnecessária.

5. Emoções. Poder ter conexões a coisas e pessoas além de nós mesmos; [...] em geral, amar, sofrer, experienciar anseio, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional prejudicado por medo e ansiedade excessivos, ou por eventos traumáticos de abuso ou negligência. (Apoiar esta capacitação significa apoiar formas de associação humana que podem ser cruciais em seu desenvolvimento).

Os componentes 4 e 5, por sua vez, referem-se ao desenvolvimento educacional e emocional. O acesso ao item 4 será observado a partir de indicadores relativos ao acesso à educação, na subseção 4.3.2, haja vista sua significativa relação com o exercício dos direitos políticos. O âmbito da educação também relaciona-se aos itens 6 e 7:

6. Razão prática. Poder formar uma concepção do bom e engajar em reflexões críticas acerca do planejamento da própria vida. (Isso envolve proteção para a liberdade de consciência).

7. Afiliação.

A. Poder viver com e em relação a outros, reconhecer e mostrar preocupação para com outros seres humanos, engajar em variadas formas de interação social; poder imaginar a situação de outro e ter compaixão por essa situação; ter a capacitação para justiça e amizade. (Proteger essa capacitação significa proteger instituições que constituem e nutrem essas formas de afiliação, e também proteger a liberdade de assembleia e de discurso político).

B. Ter as bases sociais de autorrespeito e não-humilhação; poder ser tratado como um ser dignificado cujo valor é igual ao dos outros. Isso envolve, no mínimo, proteções contra discriminação de raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, etnia, ou origem nacional. No trabalho, poder trabalhar como um ser humano, exercendo razão prática e tomando parte em relações significativas e de mútuo reconhecimento com outros trabalhadores.

Nussbaum (2000, p. 82, tradução nossa) ressalta que esses dois itens, razão prática e afiliação, perpassam todos os outros, no sentido de que são necessários para tornar a busca pelas outras capacitações “verdadeiramente humana”¹⁰. Assim, o exercício de todas as capacitações deve envolver o uso do pensamento e do planejamento próprios (razão prática) e também o reconhecimento mútuo e a reciprocidade para com outras pessoas (afiliação). A possibilidade de exercer a razão prática será analisada juntamente ao item 4 (Sentidos, imaginação e pensamento) por meio de indicadores relativos ao acesso à educação, na subseção 4.3.2. Já os dois subitens referentes à afiliação serão considerados no subtópico 4.3.3, por meio da análise das normas sociais preponderantes em cada país. A lista segue:

¹⁰ No original: “[...] truly human” (NUSSBAUM, 2000, p. 82).

8. Outras espécies. Poder viver com preocupação para e em relação a animais, a plantas e ao mundo da natureza.

9. Lazer. Poder rir, brincar, aproveitar atividades recreativas.

10. Controle sobre o próprio ambiente.

A. Político. Poder participar efetivamente em escolhas políticas que governam a sua vida; ter o direito à participação política, proteções ao livre discurso e associação.

B. Material. Poder ter propriedade (tanto terra quanto bens móveis), não apenas formalmente mas em termos de oportunidade real; e ter direitos de propriedade na mesma base em que outros; ter o direito de buscar emprego na mesma base que outros [...]. (NUSSBAUM, 2000, p. 78-80, tradução nossa).

É interessante observar que a teórica reconhece a centralidade da convivência com outros seres vivos e também do acesso à cultura. Por fim, o item 10 trata especificamente da participação política, capacitação central a ser analisada neste trabalho, e cuja inter-relação com outras capacitações será investigada na seção 4.

Nussbaum propõe que a lista seja utilizada como uma base normativa de princípios constitucionais a serem adotados pelos Estados e a serem promovidos cooperativamente pela comunidade internacional. Nesse sentido, cabe notar que os itens da lista podem ser concretizados de múltiplas maneiras, de forma que devem ser especificados a partir do debate democrático dos cidadãos de cada país. Assim, a lista, ao mesmo tempo que universal, deixa espaço para uma certa pluralidade. Isso é reforçado também pelo foco em capacitações, em vez de em funcionamentos. Pode-se dizer que a lista compreende várias *oportunidades* para funcionamento e, dessa maneira, permite e respeita as escolhas individuais (NUSSBAUM, 2000).

Ressalta-se que os componentes da lista são qualitativamente distintos, de forma que não se pode compensar a deficiência de um pela maior presença de outro. Os itens também são inter-relacionados de várias maneiras, como foi exemplificado pela relação entre alfabetização das mulheres e diminuição da mortalidade infantil. Também nesse sentido, Nussbaum aponta que a alfabetização feminina contribui significativamente para promover a participação efetiva das mulheres na política, relação que será melhor explorada na quarta seção (NUSSBAUM, 2000).

Para fins de conceituação, cabe diferenciar entre os três tipos de capacitações definidas pela autora: básicas, internas e combinadas. As capacitações básicas referem-se ao “equipamento inato” (NUSSBAUM, 2000, p. 84) das pessoas, que é necessário para o desenvolvimento de capacitações mais avançadas. É o caso da capacitação para a linguagem e para o amor. As internas são capacitações mais avançadas que a pessoa desenvolve durante a vida, como a capacitação para liberdade religiosa. Já as capacitações combinadas são entendidas como a junção das capacitações internas com condições externas que permitem

que elas sejam exercidas de fato. Pessoas submetidas a regimes não-democráticos têm, portanto, a capacitação interna para liberdade de expressão, mas não a capacitação combinada. Nesse sentido, as capacitações da lista devem ser entendidas como combinadas, o que exige que se promova tanto o desenvolvimento das capacitações pessoais quanto das condições externas favoráveis ao seu exercício (NUSSBAUM, 2000).

Vale esclarecer que Nussbaum entende que também o conceito de direitos humanos é melhor associado às capacitações combinadas. Por um lado, a noção de direito pode ser entendida como uma reivindicação justificada pela dignidade humana mesmo quando não é promovida pelo Estado; nesse caso, o direito seria uma capacitação básica. No entanto, quando se trata de direitos como uma garantia constitucional, a noção de capacitações combinadas pode ajudar a estudar situações em que um país, apesar de incluir legislativamente um direito, não fornece as condições para que ele se torne realidade na vida das pessoas. Pode-se traçar um paralelo entre essa ideia e a diferenciação entre liberdades formais e substantivas feita no subtópico anterior. O exemplo trazido por Nussbaum nesse sentido é de particular relevância para este trabalho: mesmo quando as mulheres têm garantia formal à participação política, a violência política de gênero pode impedi-las de exercerem esse direito (NUSSBAUM, 2000).

Nesses casos, quando a ausência de capacitações é consequência das desvantagens sistêmicas sofridas por um grupo marginalizado, é necessário adotar respostas com base na situação particular desses grupos. Essas respostas podem incluir a destinação de uma proporção maior de recursos financeiros e/ou a criação de programas específicos (NUSSBAUM, 2000, 2011). É o caso, por exemplo, da implementação de cotas políticas de gênero, adotadas em muitos países com o objetivo de aumentar a participação feminina na esfera pública (HTUN; JONES, 2002). Partindo da ideia de que as liberdades políticas têm tanto valor em si mesmas quanto valor instrumental (NUSSBAUM, 2000; SEN, 1999), cabe analisar melhor a situação do acesso das mulheres ao espaço político. No próximo capítulo, realiza-se uma contextualização histórica de Haiti e de Cuba, seguida de uma comparação da participação política feminina nesses dois países, no período de 1948 a 2022, considerando os avanços e os impasses que constroem o cenário atual.

No que tange à dimensão histórica, ambos os Estados foram submetidos à colonização espanhola, a qual, no caso do Haiti, foi sucedida da francesa. Assim, como posto por Lélia Gonzalez (2020, p. 143), Cuba e Haiti são, analogamente a outras nações latino-americanas, “herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas”. Frente à estrutura de dominação colonial, ambas as nações foram marcadas por revoltas, tendo destaque a Revolução Haitiana, por seu sucesso em conquistar a abolição da escravidão e em constituir a primeira nação independente da América Latina. Essa revolução negra e escrava provocou impactos profundos sobre todo o Sistema Internacional. Dois séculos depois, as dinâmicas internacionais também viriam a ser transformadas pela Revolução Cubana, cuja insurgência deu-se, dessa vez, em resposta à dominação neocolonial. Atualmente, os países seguem compartilhando diversos desafios que advêm de estarem inseridos em uma região na qual predomina o capitalismo dependente (GONZALEZ, 2020).

Sob essa perspectiva, a situação das mulheres nas sociedades cubana e haitiana também deve ser considerada a partir do entendimento das estruturas de dominação que prevalecem nos países latino-americanos. Sobre isso, Gonzalez (2020) pontua que as mulheres não brancas dessa região, as ameríndias e as amefricanas – como cunhado pela autora –, sofrem uma tripla discriminação: racial, sexual e, na maioria dos casos, de classe. Esta subseção dedica-se às histórias de Cuba e do Haiti, no intuito de buscar um melhor entendimento do cenário atual de gênero e desenvolvimento nesses países. Cabe notar que não se pretende realizar uma análise exaustiva dos tópicos, que são vastos e complexos, mas sim observar, ainda que de forma limitada, os principais momentos históricos e geopolíticos que podem auxiliar a compreensão sobre a situação atual dessas nações. Assim, a próxima subseção trata da história haitiana, seguida pela história de Cuba.

3.1.1 Breve Histórico do Haiti

O território que hoje compreende o Haiti foi originalmente ocupado por diferentes povos, dentre os quais os indígenas do grupo Arawak, conhecidos como Tainos, destacam-se pela sua presença majoritária na região. Os Tainos organizaram-se de maneira social, política e religiosa nesse espaço, que denominaram de *Ayiti* (“terra das altas montanhas”). No início do século XVI, colonizadores espanhóis invadiram a região. A invasão foi encontrada com resistência por parte da civilização taína, cabendo ressaltar a liderança da Cacica Anacaona nesse processo. Os europeus, após perpetrarem o genocídio dos povos indígenas e expropriarem suas terras, passaram a escravizá-los para utilização de sua mão de obra. Porém,

esse objetivo foi rapidamente frustrado por fatores como mortes por doença, suicídios coletivos e o fortalecimento da ideia de que os espanhóis tinham a “missão” de converter os indígenas ao cristianismo (GALEANO, 2017; JEAN-LOUIS, 2012; MARQUES, 2017).

Por conta disso, os colonizadores promoveram a escravização e o tráfico transatlântico de populações do continente africano. A exploração da mão de obra africana escravizada permitiu a implementação do modelo *plantation* e a consequente acumulação de capital por parte das metrópoles, primeiramente pela Espanha e posteriormente pela França, cujo território colonial em Hispaniola foi delimitado pelo Tratado de Ryswick, em 1697. Aos franceses o acordo concedeu o direito ao terço oeste da ilha, que foi então denominado de *Saint Domingue*. Em decorrência das *plantations* de açúcar e café, *Saint Domingue* tornou-se a colônia mais rica do Caribe, chegando a ser chamada de “Pérola das Antilhas” (JEAN-LOUIS, 2012; MARQUES, 2017).

A condição que permitiu essa grande produção de riqueza para a Europa foi a organização social baseada na exploração de aproximadamente 500 mil escravos, por meio de técnicas de repressão e tortura. Os antagonismos que compunham a sociedade hierarquizada de *Saint Domingue*, incluindo os interesses contraditórios de brancos, negros escravos e libertos, faziam com que a colônia “se movesse sobre um barril de pólvora cada vez mais perigoso” (CASTOR, 2004, p. 19, tradução nossa¹¹). É nesse contexto que a população negra e escrava organiza a insurreição conhecida como Revolução Haitiana, que eclodiu em 1791, preparada e iniciada a partir de celebrações do vodu. Maior revolta de escravos conhecida na história, a Revolução estabeleceu, de forma impensável para os europeus da época, o fim da escravidão e da colonização no território que voltava, em 1804, a ser chamado de *Ayiti*. O período entre o início desse processo e a vitória definitiva foi marcado por tentativas europeias de recompor as estruturas coloniais; no entanto, tanto as tropas britânicas quanto as napoleônicas que haviam sido enviadas com tal objetivo foram eventualmente derrotadas pelo exército de ex-escravos (CASTOR, 2004; JEAN-LOUIS, 2012; MARQUES, 2017).

Como posto por Castor (2004, p. 19, tradução nossa), a Revolução Haitiana foi um momento “crucial na história da libertação dos povos, constituindo um acontecimento que transtornará todo o sistema colonial e a própria estrutura da sociedade e da economia”, redefinindo, assim, o rumo da história global. A Revolução influenciou movimentos que questionavam as bases ideológicas do sistema escravista em nações como Estados Unidos, Jamaica, Brasil, dentre outras, além de ter papel definitivo sobre a abolição da escravidão nas colônias francesas e para a proibição do tráfico internacional de escravos pelo Reino Unido.

¹¹ No original: “[...] se movía sobre un polvorín cada día más peligroso” (CASTOR, 2010, p. 19).

Como primeiro país independente da América Latina, o Haiti também abriu caminho para os processos de libertação que viriam a se dar no resto do continente nas próximas décadas (CASTOR, 2004; MARQUES, 2017).

O cenário para a construção da nova nação, porém, seria limitado pelo isolamento e pelo bloqueio imposto ao país pelas potências da época, que temiam a repercussão de seu “mau exemplo”. O novo Estado haitiano também seria definido pela permanência de diversas características coloniais, cujas influências no molde estatal e na sociedade podem ser observadas até hoje. Divergências sobre o rumo que a nova nação deveria seguir culminaram em uma divisão entre a elite defensora do modo de produção em larga escala e as massas camponesas que buscavam a reforma agrária e a subsistência também como forma de libertação da herança colonial. Somado a isso, havia a exigência francesa de uma indenização financeira exorbitante em troca do reconhecimento de “sua própria derrota”, como posto por Trouillot (2018, p. 69). Esses fatores constituíram empecilhos significativos para o desenvolvimento do país (CASTOR, 2004; MARQUES, 2017; TROUILLOT, 1990; 2018).

O início do século XIX é marcado por outro impasse à soberania e à independência haitiana: a ocupação estadunidense, que se inicia em 1915 e perdura por quase 20 anos. Os Estados Unidos implementavam, na época, a política imperialista do *Big Stick* sobre o Caribe, buscando ampliar sua dominância política e econômica na região. No caso do Haiti, justificaram a ocupação afirmando que o governo haitiano era instável e inseguro, por fatores como a recusa camponesa em cooperar com o *status quo*. A ocupação foi encontrada com resistência por parte dos camponeses, cabendo destacar a revolta dos Cacos, severamente reprimida pelas forças estadunidenses (CASTOR, 1992; DALBERTO, 2015; MARQUES, 2017; TROUILLOT, 1990). Também é notável a resistência por parte de organizações de mulheres nessa época. A seção haitiana da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade (*Women's International League for Peace and Freedom*) requisitou, em 1926, a investigação da ocupação militar estadunidense. Ademais, em 1934, as mulheres haitianas fundaram a Liga Feminina de Ação Social (*Ligue féminine d'action sociale*). Primeira organização feminista oficial do Haiti, a Liga atuou promovendo o acesso à educação para mulheres e outras iniciativas, incluindo o ativismo pelo sufrágio – luta essa que viria, em 1957, a conquistar o direito ao voto feminino (CÔTÉ, 2021), como se verá na próxima subseção.

No que tange à ocupação externa, cabe notar que os EUA impuseram uma nova Constituição ao país, permitindo sua intervenção em questões governamentais, financeiras e fundiárias. Foi instalada uma nova força policial, comandada pelos estadunidenses, que

atuaram na imposição violenta de trabalho forçado aos camponeses e no ataque à liberdade religiosa, principalmente ao vodu¹², que havia sido um “meio de conspiração”¹³ para a organização da Revolução de 1791 (JAMES, 1989, p. 86). As forças armadas foram treinadas ao molde estadunidense para que dessem continuidade aos seus interesses após o fim da ocupação. O novo sistema também restringiu a participação política popular: o exército tinha controle sobre as eleições, que eram marcadas pela imposição de candidatos e pela repressão àqueles que se opunham ao modelo vigente (CASTOR, 1992; DALBERTO, 2015; MARQUES, 2017; TROUILLOT, 1990).

Assim, o fim da ocupação não significou o fim de seus impactos sobre a sociedade haitiana. A intervenção estadunidense estabeleceu as condições que culminariam na instauração do regime de François Duvalier, em 1957. Conhecido como Papa Doc, François Duvalier foi eleito na primeira eleição de voto universal do Haiti, sob uma campanha violenta e de discurso distinto daquilo que se observou na prática. Em 1964, foi instituída na Constituição haitiana a presidência vitalícia, e Papa Doc governou até sua morte em 1971, quando então assume seu filho Jean-Claude Duvalier (Baby Doc). Os governos Duvalier foram marcados por fatores como repressão e terror sistemáticos, perseguição de opositores, modificação dos mecanismos de poder e anticomunismo. Houve o exílio de intelectuais para países como México e Cuba. O governo estadunidense – que no contexto da Guerra Fria intervinha na América Latina utilizando a justificativa de impedir uma expansão soviética na região que acabava de presenciar a Revolução Cubana¹⁴ – apoiou o regime em âmbitos tácitos e financeiros (DALBERTO, 2015; MARQUES, 2017; TROUILLOT, 1990).

O duvalierismo, assim como governos anteriores, representou uma “resposta totalitária à crise” (TROUILLOT, 1990, p. 148, tradução nossa¹⁵), que se conformava às ideias do exército treinado pelos EUA (DALBERTO, 2015; TROUILLOT, 1990). Trouillot (1990, p. 164, tradução nossa¹⁶) aponta que “o Estado haitiano sempre foi autoritário”, mas que é possível perceber a diferença do duvalierismo em relação às ditaduras anteriores por diversos fatores, incluindo o aumento qualitativo e quantitativo da violência, acima dos limites implicitamente reconhecidos socialmente.

¹² É interessante observar que, enquanto instituições religiosas costumam promover um tratamento de discriminação de gênero quanto à assunção de funções religiosas – pode-se citar, por exemplo, a igreja católica, instituição religiosa mais influente no Haiti –, o vodu admite que mulheres exerçam o sacerdócio (HAITÍ, 2008).

¹³ Originalmente: “medium of the conspiracy” (JAMES, 1989, p. 86).

¹⁴ A Revolução Cubana será abarcada no subtópico 3.1.2.

¹⁵ No original: “[The] totalitarian response to the crises [...]” (TROUILLOT, 1990, p. 148).

¹⁶ No original: “The Haitian state has always been authoritarian [...]” (TROUILLOT, 1990, p. 164).

Ainda nesse sentido, também se pode notar, como posto por Trouillot (1990, p. 166-167, tradução nossa¹⁷), que o duvalierismo distingue-se dos regimes antecessores pela violência política deliberadamente direcionada às mulheres, “eliminando a distinção de gênero” que “protegia as mulheres contra o exercício direto da violência política”. Os governos Duvalier buscaram silenciar, por exemplo, a Liga Feminina de Ação Social, cometendo a tortura e o assassinato de mulheres. Apesar disso, as mulheres haitianas seguiram atuando, utilizando-se, por exemplo, de conexões e instrumentos internacionais na busca de legitimação para suas ações (CÔTÉ, 2021).

O regime duvalierista chegou ao fim em 1986, graças à crescente insatisfação popular manifestada em forma de protestos, mobilizados principalmente por grupos religiosos camponeses e associações rurais. A situação instável do país após essas três décadas de repressão e de acirramento da dependência externa tornou-o um foco de atenção de diversos atores internacionais. Dentre eles, cabe destacar a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua presença no Haiti iniciou-se em 1990, quando a instituição realizou um processo de observação eleitoral. Jean-Bertrand Aristide é eleito no que parecia ser a primeira vez em que o Haiti seria governado democraticamente e segundo os interesses populares. No entanto, no ano seguinte, um golpe militar organizado pela elite depôs o presidente eleito e levou ao poder o General Raul Cédras. Foram aplicadas sanções e bloqueios econômicos ao governo golpista; essas medidas, no entanto, não lograram prejudicar as elites e sim as massas. A ONU e os EUA, após alguns anos de negociações, impuseram o retorno de Aristide como autoridade no país; porém, condicionado a medidas como uma reestruturação econômica voltada ao neoliberalismo (DALBERTO, 2015; MARQUES, 2017).

Nesse período pós-duvalierismo, vários novos grupos feministas haitianos foram criados, e atuaram de diversas maneiras. Vale destacar ações como a criação do primeiro abrigo para mulheres vítimas de violência e a denúncia, em âmbito nacional e internacional, de estupros por motivos políticos. Havia sido notado um aumento dessa prática de repressão durante o regime de Cédras. Com a volta de Aristide, em 1994, as feministas haitianas reivindicaram e conquistaram a criação de um ministério voltado aos direitos das mulheres, o *Ministère à la Condition Féminine et aux Droits des Femmes*. Somado a isso, o governo haitiano tomou parte em ações internacionais voltadas à igualdade de gênero, como a Convenção de Belém do Pará (1994) e da Conferência de Pequim de 1995 (CÔTÉ, 2021).

¹⁷ No original: “protected women against the direct exercise of political violence”; “eliminated the gender distinction” (TROUILLOT, 1990, p. 166-167).

A ingerência internacional no Haiti, por sua vez, prosseguiu uma constante durante o restante da década de 90 e os anos 2000, sendo particularmente acentuada a partir de 2004, com a implementação da MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti). A Missão colocava-se como um projeto de longo prazo que objetivava promover a estabilização do Haiti e a consolidação de suas instituições democráticas (DALBERTO, 2015; MARQUES, 2017). É interessante observar que o comando militar da MINUSTAH foi assumido, desde 2004, pelo Brasil, sendo o “mais robusto capítulo de cooperação por desenvolvimento do Estado brasileiro até então” (HIRST; LIMA, 2015, p. 147, tradução nossa¹⁸). O interesse brasileiro em participar da Missão se deu, dentre outros motivos, pelo fato de que a assunção de tais responsabilidades permitiria ao país projetar-se internacionalmente, especialmente dado que o Haiti havia se tornado uma questão significativa para a segurança internacional (HIRST; LIMA, 2015).

Em 2010, o país foi assolado por um terremoto de impacto devastador. Nessa época, o MINUSTAH já estava presente no país há seis anos, e a ele somavam-se uma miríade de ONGs instaladas no país com variados propósitos de auxílio. Entretanto, a ajuda internacional frente ao terremoto mostrou-se inicialmente ineficiente, tendo as organizações estrangeiras primeiramente priorizado seu próprio aparato, “dando a ver que vidas importam mais e que mortes são admitidas em situações limite” (MARQUES, 2017, p. 103). Isso é contrastado com a organização comunitária e coletiva dos haitianos frente à tragédia. De qualquer forma, o terremoto teve consequências extremamente danosas, deixando aproximadamente 300 mil mortos e 1,5 milhão de desabrigados (MARQUES, 2017). Cabe observar também que “o terremoto colocou o Brasil na rota das migrações haitianas” (CAVALCANTI *et al.*, 2016, p. 68), apesar de nem sempre constituir o fator determinante para a escolha de migrar, que também é influenciada por questões sociais estruturais e outros acontecimentos. O fluxo migratório para o Brasil também foi incentivado pela criação do “visto humanitário”, em 2012 (CAVALCANTI *et al.*, 2016).

A MINUSTAH permaneceu no Haiti por 13 anos, encerrando a operação em 2017. Uma operação menor, nomeada de MINUJUSTH, seguiu-se à anterior com o intuito de dar continuidade às tentativas de estabilização das instituições e perdurou até 2019. A MINUJUSTH foi a sexta operação de paz enviada ao Haiti desde 1990 (KOLBE, 2020). Sobre o resultado da ingerência internacional no Haiti, a Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou a seguinte declaração do secretário-geral: “Os últimos 20 anos

¹⁸ No original: “[...] the Brazilian state’s most robust chapter of cooperation for development ever” (HIRST; LIMA, 2015, p. 147).

da presença da comunidade internacional no Haiti acarretaram em um dos piores e mais claros fracassos implementados e executados dentro da estrutura de qualquer cooperação internacional”¹⁹ (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 2022, online, tradução nossa).

Nesse sentido, as consequências negativas da interferência internacional vão além do fracasso em cumprir seus objetivos. Nota-se que houve recorrentes casos de abuso e exploração sexual perpetrados por soldados da ONU, muitos dos quais não são oficialmente reportados. Essas violências são relatadas desde os primeiros meses da operação, e evidenciam o desequilíbrio da balança de poder entre homens e mulheres, particularmente as mais vulneráveis social e economicamente (KOLBE, 2015).

Ainda sobre a presença do alto número de organizações externas no Haiti, principalmente após o terremoto de 2010, Côté aponta que um dos resultados foi a subjugação do movimento feminista haitiano, visto que as instituições internacionais promoveram um estereótipo de passividade das mulheres haitianas e redirecionaram as prioridades conforme o imaginário ocidental. Nesse contexto, a pesquisadora afirma que “a forte presença de organizações e instituições humanitárias forçaram uma mudança nos paradigmas e discursos [...], impondo [...] o paradigma de *mulheres e desenvolvimento*”²⁰ (CÔTÉ, 2021, p. 51, tradução nossa, grifo da autora). Considera-se relevante abordar aqui este apontamento, especialmente dado o aporte teórico utilizado neste trabalho. Não se ignora que o paradigma do desenvolvimento, quando implementado por atores que desconhecem e/ou desconsideram a realidade local e nacional, pode provocar impactos negativos. Porém, entende-se que este caso histórico não invalida as possibilidades de utilizar a teoria do desenvolvimento de forma inclusiva e adaptada às realidades locais, principalmente no caso da abordagem normativa das capacitações, a qual pode ser aproveitada de diversas formas para a promoção da melhoria da qualidade de vida das mulheres, como foi visto na seção 2.

Recentemente, diversos acontecimentos contribuíram para instalar uma situação de crescente insegurança no Haiti. Em outubro de 2019, não ocorreram as eleições que estavam programadas para a renovação dos mandatos do parlamento e de um terço do Senado. Em decorrência disso, o parlamento haitiano está esvaziado desde janeiro de 2020. O então presidente Jovenel Moïse governou por decreto até seu assassinato, em julho de 2021. No mês seguinte, um terremoto atingiu o país, deixando mais de dois mil mortos. O vazio de poder

¹⁹ Originalmente: “The last 20 years of the international community’s presence in Haiti has amounted to one of the worst and clearest failures implemented and executed within the framework of any international cooperation” (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 2022, online).

²⁰ Originalmente: “The heavy presence of humanitarian organizations and institutions forced a shift in paradigms and discourses [...], imposing [...] the *women and development* paradigm” (CÔTÉ, 2021, p. 51, grifo da autora).

contribuiu para a ressurgência de gangues, causando uma escalada da violência em 2022 (BERTELSMANN STIFTUNG, 2022b; UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2022).

Depreende-se, da exposição acima, que o Haiti é uma nação que foi constantemente assolada pela intervenção externa, desde a colonização até os dias atuais. São complexos e inter-relacionados os fatores que contribuem para o contexto atualmente enfrentado pelo país, mas é notável a tomada de poder por elites com interesses contrários aos da maioria da população e a consequente destruição sistemática das instituições, alinhada à prevalência da dependência externa. Castor (1992, p. 129, tradução nossa²¹) aponta que essa dominação externa “criou poderosos impedimentos a um programa nacional de desenvolvimento”. Não obstante, o povo haitiano historicamente apresentou e segue apresentando inúmeras formas de resistência (MARQUES, 2017). Essa resistência é presente também nas inúmeras ações organizadas pelas mulheres haitianas, voltadas, dentre outros, à promoção da educação, à luta contra a violência de gênero e à participação política. A evolução e a presença das mulheres haitianas no âmbito político será analisada no subtópico 3.2. Por sua vez, o subtópico que se segue consiste em uma breve cronologia histórica de Cuba e, como se verá, permite notar algumas das formas em que as histórias dos dois países se entrelaçam e se influenciam.

3.1.2 Breve Histórico de Cuba

O território cubano foi originalmente habitado por diversas populações indígenas, que chegaram ao local por meio de movimentos migratórios saídos de outras partes do continente americano. Assim como no Haiti, os grupos mais populosos em Cuba eram os Tainos – inclusive, algumas ondas migratórias desses povos, ocorridas no século anterior à invasão espanhola, saíram do Haiti para Cuba. Os europeus, que haviam chegado em território cubano em 1492, efetivamente iniciaram a ocupação a partir de 1509, processo a partir do qual, apesar dos diversos focos de resistência indígena, estabeleceram uma estrutura de dominação baseada na exploração dos recursos naturais e na escravização da mão de obra. Bem como ocorreu no Haiti e no restante da América Latina, a expropriação das terras e a escravização da população indígena e africana foi o que permitiu a acumulação primitiva de capital pelas colônias europeias (GALEANO, 2017; LE RIVEREND, 1999; LECUONA, 2013).

Algumas regiões do arquipélago, como a de Havana, foram particularmente valorizadas pelos espanhóis pela sua localização estratégica, a qual era importante para a

²¹ No original: “[This domination, which has] created powerful impediments to a national program of development [...]” (CASTOR, 1992, p. 129).

proteção da ilha, permitindo a conexão da metrópole com suas colônias, além de apresentar uma conexão ao crescente mercado mundial (LE RIVEREND, 1999; LECUONA, 2013). Isso levou a uma diferenciação regional, visto que La Habana teve um progresso que não se deu na mesma intensidade no resto do país. Segundo Lecuona (2013, p. 49, tradução nossa²²), esse processo acabou “acentuando desigualdades de perduráveis efeitos na história do país”.

A dominação espanhola foi sucedida pela britânica. Em 1762, a Inglaterra passou a introduzir um número significativamente maior de escravos africanos do que normalmente chegava em Cuba, para que fosse possível estabelecer a monocultura do açúcar. Como posto por Galeano (2017, p. 102), “desde então a economia cubana foi modelada pela demanda estrangeira de açúcar”, como ocorria também na maior parte das Antilhas. O historiador também aponta que o auge da economia açucareira em Cuba ocorreu após a Revolução Haitiana, em 1791, e foi possível justamente em decorrência da queda da produção de açúcar naquele novo país, que havia queimado diversas plantações para promover sua libertação (GALEANO, 2017). A dependência estrangeira de Cuba, cuja economia só deixaria de ser primordialmente dependente das variações dos preços do açúcar com a Revolução de 1959, foi sustentada na época pela estrutura do comércio triangular. Essa estrutura, porém, era frequentemente desafiada por rebeliões de escravos (GALEANO, 2017).

Assim, a Cuba colonial era composta por desigualdades oriundas de disposições regionais, econômicas e racistas, as quais se inter-relacionavam constituindo uma estrutura social complexa (LECUONA, 2013). Neste contexto, foram organizadas diversas sublevações de escravos, influenciadas pela Revolução Haitiana. Segundo Le Riverend (1999, p. 36), o medo da influência do país vizinho fez com que a classe dominante cubana isolasse Cuba “de todo contato com o Haiti”²³. Também surgiram, na primeira metade do século XIX, diversos movimentos chamados conspiratórios, que buscavam a libertação da relação colonial, influenciados pelas independências que vinham sendo conquistadas no continente latino-americano (LE RIVEREND, 1999; LECUONA, 2013).

No entanto, os movimentos independentistas em Cuba não encontraram sucesso nesse momento, principalmente em razão da elite do país opor-se a uma separação da metrópole, já que a manutenção da relação colonial, ainda que fosse de submissão, garantia a essa classe uma situação favorável. Além disso, a elite cubana temia que com a independência ocorreria também a libertação dos escravos. Esse cenário, somado à oposição dos Estados Unidos à

²² No original: “[...] acentuando desigualdades de perdurables efectos en la historia del país” (LECUONA, 2013, p. 49).

²³ No original: “[trataron de aislar Cuba] de todo contacto con Haití” (LE RIVEREND, 1999, p. 36).

independência cubana naquele momento, fez com que prevalecessem ações políticas reformistas (LECUONA, 2013). Uma alternativa reformista que passou a ser defendida pela classe dominante cubana, e que também era de interesse estadunidense, ficou conhecida como anexionismo. O movimento anexionista defendia que Cuba se tornasse parte dos Estados Unidos. Isso era de interesse da elite porque promoveria a separação da colônia espanhola, ao mesmo tempo que permitiria a manutenção do sistema escravagista, também vigente nos Estados Unidos. Todavia, o movimento anexionista, após várias tentativas, falhou, também prejudicado pela política estadunidense da época, afetada pela guerra civil que eclodiu no país em 1861. O movimento acabou por dissolver-se, apesar de sua tendência ideológica seguir presente na sociedade cubana (LE RIVEREND, 1999; LECUONA, 2013).

Frente a isso, movimentos pela independência ganharam força e, em 1868, houve um levante pela libertação nacional. Diversos grupos insatisfeitos uniram-se aos revolucionários, incluindo alguns proprietários de terra, a população pobre urbana e campesina e ex-escravos libertados pelas forças independentistas (LE RIVEREND, 1999). É imprescindível destacar, também, as mulheres que lutaram nas guerras de independência cubanas, as quais ficaram conhecidas como *mambisas*. Sua atuação nos conflitos, que se deu de diversas formas, contribuiu para a quebra do papel tradicionalmente atribuído às mulheres cubanas até então, e serviu como símbolo para as reivindicações que viriam nas próximas décadas (STONER, 1997). O movimento independentista teve várias vitórias contra a colônia espanhola no curso de dez anos. Frente à força da luta pela independência, os colonizadores passaram a propor acordos de paz e, em 1878, algumas lideranças do movimento revolucionário, que estava enfraquecido por conta de contradições entre os comandantes, firmaram então o chamado Pacto de Zanjón. Entretanto, os soldados e outras lideranças não estavam de acordo com o Pacto, visto que ele não atendia as demandas pelas quais os cubanos vinham lutando há tantos anos. Assim, houve uma retomada da luta em 1879; já no ano seguinte, porém, reconheceu-se que não havia possibilidade de vitória revolucionária e o movimento iniciado em 1868, que ficou conhecido como Guerra dos Dez Anos, findou-se (LE RIVEREND, 1999).

Apesar de não haver conquistado a independência, o movimento foi responsável por desencadear o fim da escravidão em Cuba. Muitos escravos, libertados pelos revolucionários, haviam lutado pela independência nacional. Dadas as mudanças que a guerra ocasionou sobre a estrutura e a consciência sociais no país, “o Governo colonial se viu forçado a decretar a abolição da escravidão em um prazo de seis anos (1880-1886)” (LE RIVEREND, 1999, p. 61,

tradução nossa²⁴). Le Riverend (1999) nota que, com o fim da escravidão, iniciou-se a formação de uma classe proletária. É nesse cenário de transformações sociais que as ambições independentistas foram reacesas sob a liderança unificadora de José Martí, figura que passou a vigorar no imaginário cubano como herói nacional e cujo ideário viria a influenciar também a Revolução de 1959. Assim, em 1895, houve um novo levante que resultaria, por fim, na independência cubana em 1898 (AYERBE, 2004; LE RIVEREND, 1999).

A vitória independentista foi conquistada contando também com a participação das forças estadunidenses, que somaram-se à guerra contra a Espanha em 1898. Os interesses dos EUA em participar da guerra contra a Espanha ficaram explícitos com a assinatura do Tratado de Paris, acordo que não incluiu a participação cubana (AYERBE, 2004; LE RIVEREND, 1999; LECUONA, 2013). O Tratado estabelecia que Cuba seria provisoriamente ocupada pelos EUA até que alcançasse “estabilidade econômica e política” (STONER, 1997, p. 33, tradução nossa²⁵). Ainda em 1898, os EUA instalam um governo provisório e Cuba é ocupada por forças estadunidenses. Assim, a libertação do poder colonial não significou o exercício da soberania cubana. Mesmo não tendo sido anexada aos Estados Unidos, como ocorreu com Porto Rico e Filipinas, o Estado cubano foi constituído “sob a hegemonia estadunidense, circunstância que não só limitou sua soberania, mas também contribuiu para delinear o perfil de suas instituições e traçou as pautas de seu desenvolvimento econômico e social” (LECUONA, 2013, p. 193, tradução nossa²⁶).

Dentro dessa lógica, em 1901 outorgou-se a Constituição nacional, a qual incluía a Emenda Platt, apêndice que permitia que os Estados Unidos interviessem nos assuntos internos cubanos. Dessa maneira, os EUA tinham um dispositivo constitucional para atuar sobre a ilha conforme seus interesses, impondo governos e explorando os recursos cubanos. O governo provisório encerra-se em 1902, quando é eleito o primeiro presidente da nação. Pouco depois as forças estadunidenses deixam o território cubano. No entanto, os interesses norte-americanos seguem ditando os desenvolvimentos em Cuba. Isso pode ser notado pelas constantes interferências no intuito de manter no poder governos que fossem cúmplices aos EUA (AYERBE, 2004; LE RIVEREND, 1999; LECUONA, 2013).

O período compreendido entre a independência (1898) e a Revolução Cubana (1959) também foi marcado por ondas revolucionárias, que tiveram uma ascensão inicial sob a

²⁴ No original: “[...] el Gobierno colonial se vio forzado a decretar la abolición de la esclavitud en un plazo de seis años (1880-1886)” (LE RIVEREND, 1999, p. 61).

²⁵ Originalmente: “[...] political and economic stability” (STONER, 1997, p. 33).

²⁶ No original: “[...] bajo la hegemonía estadounidense, circunstancia que no solo limitó su soberanía, sino que también contribuyó a delinear el perfil de sus instituciones y trazó las pautas de su desenvolvimiento económico y social” (LECUONA, 2013, p. 193).

influência da Revolução Russa (1917) e em resposta às más condições de vida, acirradas pela especulação econômica decorrente da Primeira Guerra Mundial. Os movimentos e as greves foram reprimidos, e eleições fraudulentas trouxeram ao poder o general Gerardo Machado, cujo regime ditatorial violento, somado ao contexto da crise econômica causada pela Crise de 1929, fez com que “a luta contra a ditadura machadista se transformasse em um poderosíssimo movimento nacional cada vez mais extenso e profundo” (LE RIVEREND, 1999, p. 87, tradução nossa²⁷). Nos campos, já havia princípios de luta armada. Entre os anos de 1930 e 1933, Cuba foi tomada por uma guerra civil. Naquele momento, o movimento sufragista já expressava certa força e, frente a isso, aqueles contrários à causa utilizaram-se do contexto violento para fortalecer o argumento de que as mulheres não deveriam participar de atividades políticas. No entanto, as mulheres cubanas já tinham exemplos de participação feminina nas lutas, como havia sido o caso das *mambisas*, e protestaram ativamente pelo fim da dependência econômica e pela democracia (STONER, 1997). Frente a essa situação de imensa insatisfação popular, é exigida a renúncia de Machado. Assume então um governo provisório, o qual logo é derrubado pelo exército e organizações estudantis. Formou-se uma Comissão Executiva de cinco membros que ficou conhecida como Pentarquia (AYERBE, 2004; LE RIVEREND, 1999).

Nesse contexto, ocorre a ascensão do recém-nomeado coronel Fulgencio Batista, uma das lideranças do movimento que havia derrubado a ditadura machadista. No entanto, sua atuação passou a ser de repressão aos movimentos populares, padrão que prosseguiu em seus mandatos presidenciais (1940-1944; 1952-1959) e em outros governos do período. Também buscou apaziguar o descontentamento da população por meio de estratégias reformistas, e foi promulgada uma nova Constituição em 1940. A Constituição, não obstante seu texto de caráter progressista, não foi observada na prática. No contexto da Segunda Guerra Mundial, a população cubana enfrentava vários problemas causados pela alta desigualdade econômica e social e a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo. O papel da exploração estrangeira sobre esse cenário, ao qual Batista era cúmplice, evidenciava-se cada vez mais (LE RIVEREND, 1999). Sobre a movimentação revolucionária que se insurgia em resposta à situação nacional, Le Riverend (1999, p. 94, tradução nossa) coloca que “era mais claro para

²⁷ Originalmente: “La lucha contra la dictadura machadista se transformó en un poderosísimo movimiento nacional cada vez más extenso y profundo” (LE RIVEREND, 1999, p. 87).

todo o povo de Cuba que nem a ditadura, nem a democracia burguesa com suas falsas eleições eram capazes de resolver os problemas do país, mas sim os agravavam”²⁸.

Em 1959, o regime de Batista é derrubado por uma revolução que provocou transformações profundas não só sobre Cuba, mas também sobre a dinâmica do Sistema Internacional. O processo foi resultado da luta organizada do Movimento 26 de Julho (MR-26-7), grupo de revolucionários sob liderança de Fidel Castro. Saídas de Sierra Maestra, as guerrilhas lograram conquistar o restante do território cubano e provocar a fuga do então ditador. A derrubada de Batista e instauração do governo socialista também teve a participação essencial das mulheres. Pode-se citar o grupo Frente Cívica de Mulheres Martianas (*Frente Cívico de Mujeres Martianas*), ativo desde o início da década de 1950 em oposição ao regime ditatorial, e o esquadrão militar Mariana Grajales, composto apenas por mulheres, que se juntou ao MR-26-7 em 1958 (AYERBE, 2004; LAMRANI, 2016; MONTERO, 2021).

O que se segue à vitória rebelde é a transição para um modelo socialista que se deu por meio de diversas reformas estruturais, algumas das quais já vinham sendo implementadas durante o processo revolucionário, como é o caso da reforma agrária (AYERBE, 2004). O novo governo havia explicitado seu objetivo de mitigar a opressão dos setores marginalizados da sociedade, e especificamente de promover a emancipação das mulheres. Foram adotadas várias ações nesse sentido, não só no âmbito econômico, a exemplo das nacionalizações, mas também diretamente voltadas ao desenvolvimento social. Dentre elas, cabe destacar a campanha de alfabetização e a criação de escolas e de creches²⁹. É importante ressaltar a atuação da Federação de Mulheres Cubanas (FMC) na construção desses desenvolvimentos. Criada em 1960, a FMC reuniu organizações femininas cubanas que já existiam com o objetivo de mitigar a discriminação de gênero e promover a participação das mulheres no projeto socialista (LAMRANI, 2016; MONTERO, 2021). Já no âmbito político-institucional, os revolucionários restabeleceram a Constituição de 1940, o Congresso foi dissolvido e o poder legislativo foi transferido ao chamado Conselho de Ministros, no qual as funções legislativas ficariam concentradas até 1976 (AYERBE, 2004; TAPIA-VALDÉS, 1977). As questões relativas à estrutura político-institucional cubana nesse momento serão melhor analisadas no próximo subtópico.

²⁸ No original: “[...] era más claro para todo el pueblo de Cuba que ni la dictadura, ni la democracia burguesa con sus falsas elecciones eran capaces de resolver los problemas del país, sino que los agravaban” (LE RIVEREND, 1999, p. 94).

²⁹ Essas iniciativas sociais serão melhor estudadas no subtópico 4.3, por conta de seu papel fundamental para a emancipação feminina em Cuba.

A nível internacional, a revolução estava inserida na dinâmica da guerra fria. Sob essa perspectiva, Ayerbe (2004, p. 61) aponta que “a decretação da reforma agrária desencadeou o início do confronto entre os objetivos da revolução e a política dos Estados Unidos”. A partir de então, diversos acontecimentos marcaram o confronto entre os dois países. Em 1961, houve o rompimento das relações diplomáticas; no mesmo ano, os Estados Unidos realizaram a invasão à Baía dos Porcos, que acabou fracassando frente à defensiva cubana. Segundo Lecuona (2013), os estadunidenses não levaram adiante uma expedição mais agressiva pois não era do interesse do governo Kennedy que fosse conhecido que os EUA haviam realizado uma intervenção armada contra Cuba. Não obstante, o Estado norte-americano promoveu o embargo comercial contra o país socialista e isolou-o também diplomaticamente, como se pode notar com a expulsão de Cuba da OEA, em 1962 (AYERBE, 2004; LECUONA, 2013).

No entanto, as medidas impostas pelos Estados Unidos, “longe de esmagar a revolução, a fortalecia e aumentava seus vínculos com o campo socialista”³⁰ (LECUONA, 2013, p. 277, tradução nossa). Era importante para a Revolução Cubana que possíveis ataques norte-americanos fossem entendidos como direcionados não somente à Cuba, mas ao bloco socialista. Nesse contexto, Cuba realiza um acordo com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), permitindo que a potência instalasse ogivas nucleares em seu território. Simultaneamente, a frota estadunidense realizava o bloqueio naval da ilha. Este evento, que ficou conhecido como Crise dos Mísseis, “representou o momento de maior tensão da guerra fria” (AYERBE, 2004, p. 50). As duas potências, contudo, chegaram em um acordo, segundo o qual os Estados Unidos renunciaram suas intenções de invadir Cuba, e foram retiradas as instalações soviéticas da ilha (AYERBE, 2004; LECUONA, 2013).

O socialismo cubano veio a enfrentar o período mais desafiador desde sua história até então com a crise do bloco soviético e a dissolução da URSS, em 1991, que também foi acompanhada pelo aumento do bloqueio estadunidense. Nesse contexto de limitação de recursos, são feitas reformas internas que permitem certa abertura ao capital estrangeiro, e o investimento em áreas como o turismo (AYERBE, 2004; BURCHARDT, 2021). É interessante observar que a diminuição do nível de emprego neste período de crise afetou mais gravemente os homens do que as mulheres. Segundo Barrueta (2015, p. 299, tradução nossa), isso ocorreu porque as mulheres compreendiam “64% da força de trabalho qualificado no país”³¹, o que era possível graças ao crescente acesso à educação produzido nas décadas

³⁰ No original: “[...] lejos de aplastar la revolución la fortalecía y acrecentaba sus vínculos con el campo socialista” (LECUONA, 2013, p. 277).

³¹ No original: “[ellas constituían el] 64% de la fuerza de trabajo calificado del país” (BARRUETA, 2015, p. 299).

anteriores. Não obstante, a crise que caracterizou o chamado “período especial” levou ao aumento de atividades como a prostituição, que havia sido veementemente combatida pela FMC desde a década de 1960 (BARRUETA, 2015, LAMRANI, 2016).

Assim, desde os anos 1990, “a Revolução tem buscado um novo modelo econômico que permita combinar a estabilidade e o crescimento econômicos com a saúde, a educação universal e a justiça social”³² (BURCHARDT, 2021, p. 11, tradução nossa). Em 2006, Raúl Castro assumiu o poder, a princípio temporariamente e então de forma definitiva em 2008, em decorrência da doença do irmão. O novo governo promoveu reformas graduais que geraram transformações sobre a realidade socioeconômica e institucional do país, incluindo uma descentralização na tomada de decisões. Já em 2018, quando assume a presidência Miguel Díaz-Canel, é priorizada a realização de uma reforma constitucional, que se dá em 2019. As reformas econômicas, por sua vez, sofreram uma aceleração a partir de 2020, em função do acirramento da crise resultante da pandemia de Covid-19 (BERTELSMANN STIFTUNG, 2022a; BURCHARDT, 2021; LECUONA, 2013). No entanto, a crise socioeconômica segue prejudicando a qualidade de vida da população cubana, que em julho de 2021 realizou uma série de protestos, os quais foram reprimidos pelo Estado (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022). No que se refere à situação das mulheres frente ao cenário econômico enfrentado desde a década de 1990 até o início do século XXI, que é por vezes percebido como uma crise contínua, Barrueta (2015, p. 309, tradução nossa) coloca que o papel “tradicionalmente atribuído às mulheres se converte em mediador subjetivo da crise, colocando-as em condições mais difíceis que o resto dos membros da família”³³. Essa questão também vem a impactar a participação política das mulheres, como se verá no próximo subtópico.

A partir do observado nesta seção, é possível perceber que Cuba, assim como ocorreu com o Haiti, foi constantemente submetida à intervenção externa. Além disso, é notável que Cuba foi influenciada, bem como o restante do Sistema Internacional, pela Revolução ocorrida em seu país vizinho no século XVIII, da mesma forma que a Revolução Cubana influenciou a dinâmica internacional no século XX. Fica claro que a Revolução de 1959, como apontado por Barrueta (2015, p. 295, tradução nossa), “significou para as mulheres cubanas o início de um processo [...] de grandes transformações sociais”³⁴, no qual elas foram

³² Originalmente: “la Revolución ha estado buscando un nuevo modelo económico que permita combinar la estabilidad y el crecimiento económicos con la salud, la educación universal y la justicia social” (BURCHARDT, 2021, p. 11).

³³ No original: “[...] tradicionalmente atribuido a las mujeres, se convierte en mediador subjetivo de la crisis, poniéndolas en condiciones más difíciles que al resto de los miembros de la familia” (BARRUETA, 2015, p. 309).

³⁴ No original: “significó para las mujeres cubanas el inicio de un proceso gradual, pero sostenido, de grandes transformaciones sociales” (BARRUETA, 2015, p. 295).

não somente receptoras mas também sujeitos da mudança, em consonância com o conceito de “agente” postulado por Sen (2010). Essas mudanças podem ser percebidas “no desenvolvimento concreto alcançado pelas mulheres em diferentes esferas da vida social”³⁵ (BARRUETA, 2015, p. 296, tradução nossa) e serão estudadas a partir de uma análise quali-quantitativa no capítulo 4. O subtópico a seguir, por sua vez, objetiva analisar de maneira mais aprofundada a evolução e a situação atual da participação política feminina em Cuba e Haiti, levando em consideração as questões políticas e institucionais pertinentes para a compreensão desses cenários.

3.2 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CUBA E HAITI

Ao abordar as assimetrias de poder entre mulheres e homens, a pesquisadora Flávia Biroli (2017, p. 11) apontou que “para a participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada”. A autora sintetiza, assim, o fato de que as mulheres enfrentaram, historicamente, e seguem enfrentando tentativas de limitá-las ao âmbito privado, de afastá-las dos espaços de exercício do poder decisório, de mantê-las em sua condição de “Outro”, definidas “não em si, mas relativamente” ao homem (BEAUVOIR, 2016, p. 12). Essa exclusão é acirrada quando interseccionada a outras estruturas de opressão. Assim, as mulheres também podem experimentar discriminação por fatores como classe, raça, etnia, religião, deficiência, idade e sexualidade (BIROLI, 2017; KUPERBERG, 2018).

Não obstante as dinâmicas de desvantagem sistêmicas que se impõem, a luta das mulheres através da História é percebida de diversas formas. Sobre o âmbito político em particular, Hughes e Paxton (2019, p. 47, tradução nossa) colocam que

Do poder disperso e esporádico de rainhas e líderes tribais, as mulheres são hoje presidentas, primeiras-ministras, parlamentares e vereadoras locais. De fato, as mulheres não são apenas líderes políticas mas também ativistas populares, revolucionárias, e votantes. Verdadeiramente, o aumento da representação das mulheres em legislaturas nacionais no século passado é uma das maiores tendências do mundo moderno³⁶.

³⁵ No original: “en el desarrollo concreto alcanzado por las mujeres en diferentes esferas de la vida social” (BARRUETA, 2015, p. 296).

³⁶ No original: “From the scattered and sporadic power of queens and tribal leaders, women are today presidents, prime ministers, parliamentarians, and local councilors. In fact, women are not only political leaders but also grassroots activists, revolutionaries, and everyday voters. Truly, the increase in women’s representation in national legislatures over the past century is one of the major trends of the modern world” (HUGHES; PAXTON, 2019, p. 47).

Entretanto, as mulheres na política, sejam elas parlamentares, ativistas de movimentos sociais ou votantes, ainda enfrentam inúmeros obstáculos à sua participação efetiva (KROOK, 2017b). Cabe destacar a prevalência da violência contra as mulheres na política – que diferencia-se de um tipo mais geral de violência política porque ataca as mulheres *pelo fato de serem mulheres*, buscando, em última instância, preservar a estrutura de poder patriarcal. Krook (2017b, p. 82, tradução nossa, grifo da autora) coloca que, mesmo quando essa violência se dá em âmbito privado, “as suas implicações são muito mais amplas, comunicando a mensagem geral de que *mulheres como um grupo* não devem participar da política”³⁷. A autora identifica cinco formas de violência contra as mulheres na política: física, sexual, psicológica, econômica e simbólica. Esta última refere-se à violência disciplinar que reforça a hierarquia de poder de uma maneira que é culturalmente enraizada e, por isso, mais facilmente invisibilizada (KROOK; SANÍN, 2016). Este conceito será melhor estudado no subtópico 4.3, ao analisar-se a questão das normas sociais.

Frente aos obstáculos sistêmicos à participação feminina na política, foram criados mecanismos que objetivam aumentar a quantidade de mulheres na esfera pública. Cabe destacar as chamadas cotas de gênero – políticas destinadas a aumentar o número de mulheres candidatas e eleitas –, que foram difundidas a nível global, principalmente a partir da década de 1990. As principais cotas de gênero adotadas atualmente podem ser divididas em três categorias: 1) a reserva de assentos, buscando regular o número de mulheres eleitas em espaços como assembleias políticas; 2) as cotas partidárias, que se dão a partir de comprometimentos voluntários por parte dos partidos em garantir uma porcentagem mínima de candidaturas femininas; e 3) as cotas legais de candidaturas, que são estabelecidas, geralmente, por meio de reformas da lei eleitoral. Estas últimas, assim como as cotas partidárias, buscam garantir uma porcentagem mínima de mulheres nas listas de candidaturas, neste caso como requerimento legal aplicado a todos os partidos (KROOK, 2017a; INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE – INTERNATIONAL IDEA, 2022b).

As cotas de gênero foram adotadas, em alguma de suas formas, por mais de 130 nações, e vêm exercendo um papel importante para o aumento, notado em diversos países, do número de mulheres nos espaços formais da política (HUGHES; PAXTON, 2019; KROOK, 2017a). Não obstante, o impacto das cotas é limitado, não apenas por fatores como a prevalência da violência contra as mulheres, mas também por questões institucionais e de

³⁷ Originalmente: “[...] communicating the general message that *women as a group* should not take part in politics.” (KROOK, 2017b, p. 82, grifo da autora).

implementação. Dessa forma, sua efetividade pode variar conforme aspectos tais quais o sistema eleitoral e as dinâmicas partidárias de um país. Os obstáculos para a participação política feminina são multidimensionais (KROOK, 2017a; MUÑOZ-POGOSSIAN *et al.*, 2017); nesse sentido, sua superação exige também uma abordagem multidimensional.

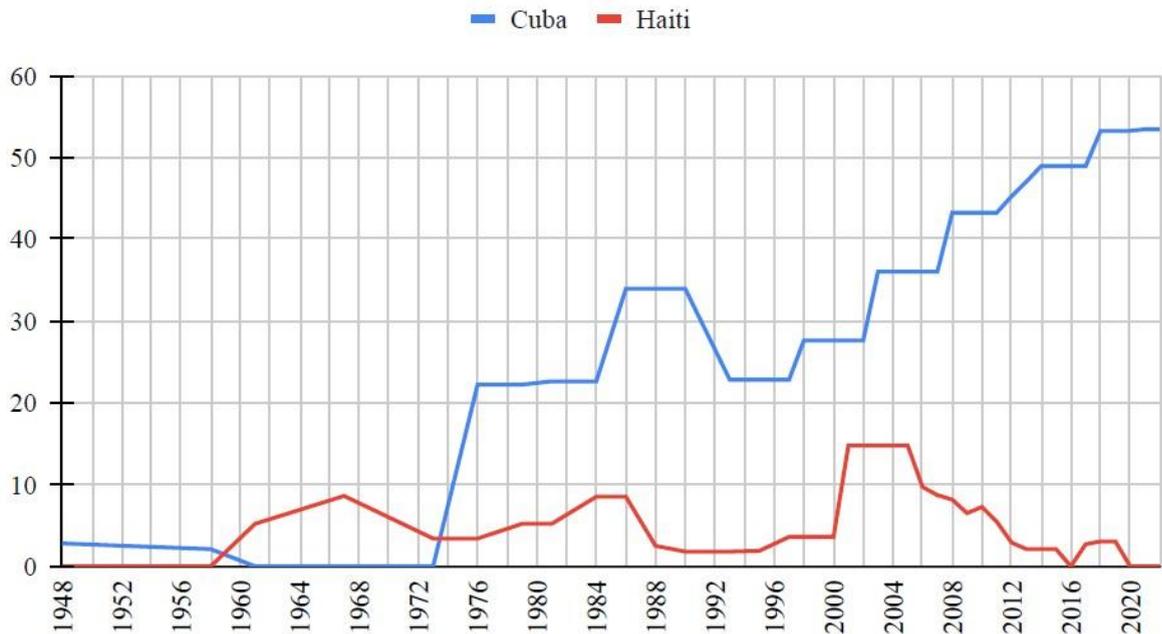
Sob essa perspectiva, reforça-se a pertinência da base teórica da abordagem das capacitações para o estudo deste tópico. Cabe notar que a literatura voltada à pesquisa acerca das condições que promovem a eleição de mulheres apresenta, segundo Saint-Germain e Metoyer (2008), três áreas principais de investigação. A primeira concentra-se em questões eleitorais; a segunda é voltada a uma explicação estrutural, baseada nos níveis de desenvolvimento nacional; e a terceira, por sua vez, consiste em uma explicação a partir de fatores socioculturais, incluindo valores governamentais, o *status* social das mulheres (para a avaliação do qual as autoras analisam a qualidade de vida das mulheres, por exemplo), e a prevalência da cultura machista (SAINT-GERMAIN; METOYER, 2008).

Se considerarmos os três tipos de explicações trazidos pelas autoras, nota-se que esta pesquisa tem um foco nas investigações do tipo estrutural e sociocultural, que se dá a partir da utilização da abordagem das capacitações. Embora não seja feito, neste trabalho, um estudo acerca dos sistemas eleitorais, reconhece-se que os arranjos estruturais de cada país podem beneficiar a eleição de mulheres. Não obstante, foi observado que a quantidade de mulheres nos parlamentos de países que utilizam o mesmo sistema (por exemplo, de representação proporcional) varia, sendo comparativamente alta em alguns e baixa em outros. Nesse sentido, outras explicações e fatores também devem ser levados em consideração (EUROPEAN PARLIAMENT, 1997; SAINT-GERMAIN; METOYER, 2008).

No intuito de analisar comparativamente a presença feminina na política em Cuba e no Haiti, optou-se por observar a porcentagem de mulheres no parlamento. Essa escolha se deu, principalmente, pela maior disponibilidade de dados referentes à política formal; não se ignora, contudo, a importância fundamental da atuação política feminina em outros âmbitos, como é o caso dos movimentos populares. Tendo isso em consideração, busca-se, aqui, compreender a evolução da participação das mulheres na política nesses dois países através do contexto histórico e institucional. Utiliza-se como condutor de tal propósito a análise do gráfico abaixo (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Porcentagem de mulheres nos Parlamentos Cubano e Haitiano, de 1948 a 2022

Mulheres nos Parlamentos Cubano e Haitiano de 1948 a 2022 (%)



Fonte: Elaborado pela autora com base em INTER-PARLIAMENTARY UNION 2022a; 2022b; 2019.

O gráfico foi construído pela autora a partir de dados da Inter-Parliamentary Union (IPU). Antes de realizar-se a análise propriamente dita, cabe clarificar algumas questões. Para a elaboração do gráfico, foram utilizadas três plataformas de dados, todas provenientes da IPU. A primeira consiste em uma base de dados anual, que compreende os anos de 1948 a 2018. No entanto, a partir de 1997 deu-se preferência aos dados de um arquivo da IPU, visto que este permitiu uma análise mensal de 1997 até fevereiro de 2019. Quanto aos dados referentes ao período de março de 2019 a julho de 2022, foram retirados da versão mais recente da base de dados da organização.

Somado a isso, cabe mencionar que, nos anos em que os parlamentos foram bicamerais (em Cuba de 1948 a 1959, e no Haiti de 1948 a 1960 e de 1988 a 2022), foi feito um índice agregado a partir da média simples das porcentagens de mulheres na Câmara Alta e na Câmara Baixa. Nos anos em que havia variações mensais da porcentagem, fez-se uma média simples da quantidade de observações do respectivo ano. Já nos anos de 1997 a 2000 no Haiti, os dados referem-se apenas à Câmara Baixa, visto que os resultados da Câmara Alta não foram divulgados (IPU, 2022a). De 1959 a 1975, os valores de Cuba foram considerados como zero, visto que o Congresso cubano havia sido dissolvido e o poder legislativo estava sob a autoridade do Conselho de Ministros (TAPIA-VALDÉS, 1977). Por fim, é necessário pontuar que, em 2019, não ocorreram as eleições que renovariam a Câmara Baixa e um terço

da Câmara Alta do parlamento haitiano. Por conta disso, desde o início de 2020, o parlamento haitiano está com a Câmara Baixa esvaziada e com apenas 10 assentos ocupados na Câmara Alta, nenhum deles por uma mulher (BERTELSMANN STIFTUNG, 2022b).

Esclarecidas as questões referentes à elaboração do gráfico, cabe, primeiramente, observar as tendências gerais que ele permite identificar. De 1948 a 1975, os valores ficam sempre abaixo de 10%. A partir de 1976, a porcentagem de Cuba aumenta significativamente e segue uma tendência crescente até o final, com exceção dos anos de 1993 a 1997. Os valores do Haiti permanecem sempre abaixo de 10%, salvo no período de 2001 a 2005, e a partir de 2006 apresentam uma tendência decrescente. Assim, observando o período referente às últimas duas décadas, nota-se que a tendência forma a figura conhecida como “boca de jacaré”, que assinala um movimento de divergência entre os dois países.

No intuito de compreender as tendências observadas, faz-se necessário realizar uma retomada histórica. Quando se inicia o período compreendido pelo gráfico, as mulheres cubanas já tinham o direito ao voto, conquistado em 1934. O sufrágio em Cuba foi resultado de anos de luta por parte de grupos feministas, que, naquele momento, participavam do movimento revolucionário contra a ditadura de Machado. As mulheres cubanas utilizaram-se do poder de barganha que o cenário vulnerável do país permitia, condicionando seu apoio ao respeito das exigências feministas (STONER, 1997). Todavia, mesmo com a conquista do sufrágio, a participação das cubanas na política formal ainda era bastante reduzida, e assim permaneceu sob o governo repressivo de Batista (LAMRANI, 2016).

Já no Haiti, o voto feminino foi conquistado 23 anos depois, em 1957. A Liga Feminina de Ação Social já vinha mobilizando-se pelo direito ao voto feminino desde a década de 1930; entretanto, Colón e Reddock (2002, p. 223, tradução nossa) colocam que, no Haiti, “a luta pelo sufrágio se viu freada pelas mobilizações contra a intervenção estadunidense, os golpes de Estado e as mudanças políticas até os [anos] 50”³⁸. Somado a isso, mesmo após a conquista do sufrágio, as mulheres haitianas tiveram de seguir lutando para que a lei fosse de fato implementada e enfrentar as pressões que buscavam impedir sua participação (COLÓN; REDDOCK, 2002; CÔTÉ, 2021). É interessante observar que a porcentagem de mulheres no parlamento haitiano sai do zero pela primeira vez em 1961, quatro anos após a outorga do sufrágio universal.

Nessa mesma época, o parlamento cubano encontrava-se dissolvido. Os revolucionários concentraram o poder legislativo sob o Conselho de Ministros. Apesar de

³⁸ No original: “la lucha por el sufragio se vio frenada por las movilizaciones en contra de la intervención estadounidense, los golpes de estado y los cambios políticos hasta los 50” (COLÓN; REDDOCK, 2002, p. 223).

uma sociedade igualitária ser um objetivo explícito do governo, poucas mulheres ocuparam posições de liderança nos primeiros 17 anos do regime. Diante dessa situação, a FMC pautou, a nível nacional, a questão da ausência de mulheres na política em um congresso da organização em 1974 (TAPIA-VALDÉS, 1977; WYLIE; SHOKER, 2019). O governo cubano reconheceu que havia “falhado em empoderar as mulheres politicamente” (WYLIE; SHOKER, 2019, p. 407, tradução nossa³⁹) e, subsequentemente, a Constituição outorgada em 1976, cuja elaboração incluiu a participação da FMC, incorporou diversos fatores importantes à luta pela igualdade de gênero, que serão abordados na seção 4.3. No âmbito político, a participação feminina passou a ser mais incentivada. Ademais, a Constituição de 1976 fundou a Assembleia Nacional do Poder Popular, transferindo então o poder legislativo ao parlamento (TAPIA-VALDÉS, 1977).

Como resultado disso, a participação feminina no parlamento cubano foi de 22,2% em 1976 e sua trajetória passou a ser majoritariamente crescente. Dez anos depois, a porcentagem de assentos ocupados por mulheres já estava em 33,9%. O único momento, de 1976 até os dias de hoje, em que a porcentagem apresenta um movimento decrescente é no período de 1993 a 1997. Como visto na seção 4.1.2, nesse momento Cuba enfrentava uma grave crise causada pelo colapso da União Soviética. Wylie e Shoker (2019) apontam que a escassez de comida e de outras necessidades básicas fez com que as mulheres passassem grande parte do seu tempo diário durante o “período especial” em função das necessidades domésticas. Segundo as autoras, isso contribuiu para diminuir a participação feminina na força de trabalho e também nos espaços políticos, a partir do que se pode observar o seguinte:

A crise econômica do período especial e a divisão desigual do trabalho doméstico aumentou as barreiras à participação feminina e também demonstrou que avanços feitos em direção à igualdade de gênero eram frágeis em uma cultura que permanecia profundamente patriarcal (WYLIE; SHOKER, 2019, p. 409, tradução nossa⁴⁰).

Mesmo com esses impasses, a participação política aumentou conforme o país gradualmente recuperava-se da crise, chegando a 27,6% em 1998 e a 36% em 2003 (IPU, 2022b).

Por sua vez, a porcentagem de mulheres no parlamento haitiano manteve uma trajetória irregular, mas sempre abaixo de 10%, até 2001. É importante lembrar que, de 1957 a

³⁹ Originalmente: “[the government became aware that they] had failed to empower women politically” (WYLIE; SHOKER, 2019, p. 407).

⁴⁰ No original: The economic crisis of the special period and the inequitable division of household labor heightened the barriers to female participation and also demonstrated that strides made toward gender equality were fragile in a culture that remained deeply patriarchal (WYLIE; SHOKER, 2019, p. 409).

1986, o Haiti esteve sob os governos Duvalier. Colón e Reddock (2002), ao analisarem a região caribenha, apontam que as transformações sociais (como a redução do analfabetismo) “foram mais limitadas onde o desenvolvimento econômico permanecia mais restringido” (COLÓN; REDDOCK, 2002, p. 229, tradução nossa⁴¹), ressaltando, nesse sentido, as ditaduras Duvalier. Esse período também foi marcado, como visto anteriormente, pela repressão e violência política contra as mulheres.

Com o fim do duvalierismo, houve um aumento na atuação dos movimentos sociais. O dia 3 de abril de 1986 ficou conhecido pela manifestação de mais de 30 mil mulheres que foram às ruas por seus direitos. Como colocado pela economista e ativista Myriam Merlet, “O país estava sendo refeito e nós não queríamos que ele fosse refeito sem nós” (ASSOCIATION FOR WOMEN'S RIGHTS IN DEVELOPMENT, 2022; MERLET, 1999 *apud* FULLER, 1999, online, tradução nossa⁴²). Nesse contexto, foi outorgada uma nova Constituição em 1987, a qual trazia preceitos democráticos. Contudo, as tentativas de democratização não tiveram sucesso, sendo marcadas pela violência e o golpe ao governo eleito de Aristide (FATTON JUNIOR, 2000). Tampouco se nota um aumento na participação feminina até o início da década de 2000.

De 2001 a 2005, o índice agregado das Câmaras alta e baixa alcança um auge de 14,75%. Esse período corresponde ao retorno de Aristide à presidência, em 2001. Seu mandato, no entanto, não chega a ser finalizado, e o então presidente renuncia em 2004 (DALBERTO, 2015). A partir de 2006, a porcentagem feminina diminui, passando a apresentar uma tendência sempre decrescente. Esse padrão continua a despeito de medidas importantes tomadas pelo governo haitiano para incentivar a participação feminina na política. Em 2012, uma emenda à Constituição estabeleceu cotas do tipo reserva de assentos, requerendo um mínimo 30% para mulheres “em todos os níveis da vida nacional, notavelmente nos serviços públicos” (HAITI, 2012, p. 9, tradução nossa⁴³). O documento também aponta que essa medida deve ser levada em consideração em leis referentes a partidos políticos. Somado a isso, um decreto eleitoral emitido em 2015 estabeleceu incentivos financeiros nesse sentido: partidos que registrem 30% de mulheres têm uma redução de 40% sobre a taxa de registro; ainda, partidos que apresentarem um mínimo de 50% de candidaturas femininas, e elegerem metade destas, disporão, na próxima eleição, um aumento de 25%

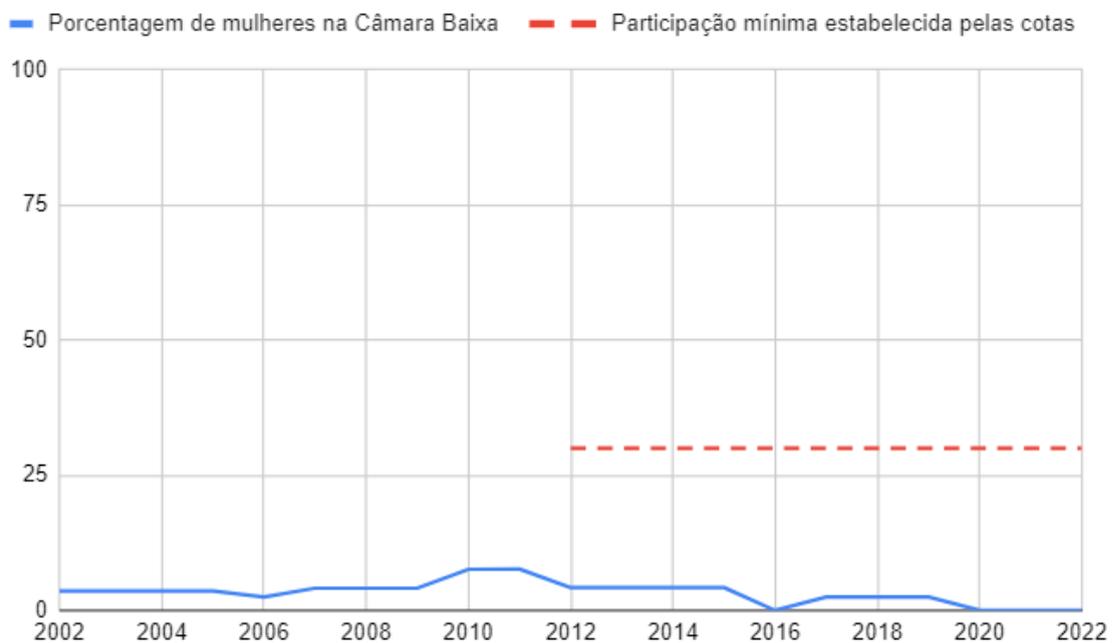
⁴¹ Originalmente: “[Estos cambios sociales] fueron más limitados donde el desarrollo económico permanecía más restringido [...]” (COLÓN; REDDOCK, 2002, p. 229).

⁴² “The country was being remade and we didn't want it to be remade without us” (MERLET, 1999 *apud* FULLER, 1999, online).

⁴³ No original: “at all levels of national life, notably in the public services” (HAITI, 2012, p. 9).

sobre o financiamento público (INTERNATIONAL IDEA, 2022a). No entanto, como visto anteriormente, sabe-se que a adoção de cotas legislativas, apesar de configurar um passo importante, não é suficiente para garantir a participação das mulheres na política. Assim, retomando o conceito utilizado por Sen (2010), nota-se que, nesse caso, as cotas constituem uma liberdade formal que não é correspondida quando se analisa a participação efetiva, ou seja, a liberdade substantiva. No gráfico abaixo, pode-se observar a diferença entre a participação mínima prevista pela Constituição haitiana e a participação efetiva:

Gráfico 5 – Porcentagem de mulheres na Câmara Baixa haitiana *versus* Participação mínima estabelecida pelas cotas



Fonte: Elaborado pela autora com base em HAITI, 2012; IPU 2019; 2022b.

Quanto à Cuba, a participação política feminina permanece sempre ascendente de 1998 a 2022. Desde 2018, o país ocupa o segundo lugar mundial na classificação da porcentagem de mulheres no parlamento. Enquanto Cuba não dispõe de cotas de gênero legislativas ou voluntárias, a Constituição nacional afirma que “o Estado garante que se ofereçam a ambos [mulheres e homens] as mesmas oportunidades e possibilidades” (CUBA, 2019, p. 4, tradução nossa⁴⁴). Também nesse sentido, o Estado cubano se compromete a criar “as condições para garantir a igualdade de seus cidadãos. [...] O Estado efetua esse direito com a implementação de políticas públicas e leis para potencializar a inclusão social e a

⁴⁴ “El Estado garantiza que se ofrezcan a ambos las mismas oportunidades y posibilidades” (CUBA, 2019, p. 4).

salvaguarda dos direitos das pessoas cuja condição o requeiram” (CUBA, 2019, p. 5, tradução nossa⁴⁵).

Porém, é importante ressaltar que, enquanto os dados referentes à participação feminina no parlamento cubano representam um avanço importante, não se pode depreender a partir deles que existe uma igualdade de gênero nos espaços políticos cubanos. De fato, Wylie e Shoker (2019) apontam que poucas mulheres ocupam cargos de maior liderança em instituições como o Partido Comunista Cubano (PCC). Além disso, a proporção de mulheres nos governos locais é menor que a proporção a nível nacional. As autoras ressaltam que as mulheres seguem tendo menos probabilidade de serem nominadas e eleitas; somado a isso, fatores como a dupla jornada e estigmas culturais podem ser impeditivos à decisão das mulheres de participar mais ativamente (WYLIE; SHOKER, 2019).

Assim, quando se analisa o gráfico juntamente a fatores institucionais e ao contexto histórico dos países, é possível compreender melhor a evolução da participação das mulheres nos parlamentos cubano e haitiano. Os países compartilham um histórico colonial semelhante, a expressão de formas variadas de resistência e também a posição subalterna e dependente a nível internacional. No entanto, nota-se que o governo cubano adotou a emancipação feminina como um objetivo de Estado a partir de 1959; o Estado haitiano, por outro lado, foi caracterizado por diversos governos ditatoriais que atendiam a interesses conflitantes, tanto internos quanto externos, acarretando em violência e instabilidade política. Como consequência disso, também há uma diferença significativa no histórico de implementação de políticas públicas por parte dos dois países.

Tendo isso em vista e buscando dar continuidade ao estudo da situação das mulheres haitianas e cubanas na política, o próximo capítulo volta-se à ideia, desenvolvida na seção 2, de que as capacitações são inter-relacionadas. Partindo dessa noção, realiza-se uma análise comparativa de indicadores que se relacionam a outras capacitações além da participação política. Para isso, observa-se o histórico de implementação e a situação atual de diversos funcionamentos.

⁴⁵ “[El Estado crea] las condiciones para garantizar la igualdad de sus ciudadanos. [...] El Estado hace efectivo este derecho con la implementación de políticas públicas y leyes para potenciar la inclusión social y la salvaguarda de los derechos de las personas cuya condición lo requieran” (CUBA, 2019, p. 5).

4 ANÁLISE DE INDICADORES RELACIONADOS ÀS CAPACITAÇÕES CENTRAIS

Como observado na seção 2, as capacitações centrais relacionam-se entre si de diversas formas. Neste capítulo, procura-se entender se existe, nos casos de Cuba e do Haiti, uma correlação entre a situação da capacitação referente à participação política e outras capacitações da lista. Embora reconheça-se a relevância de todas as capacitações, para fins desta monografia, foram selecionadas aquelas que acredita-se terem uma relação mais direta com a participação política. Assim, foram coletados indicadores qualitativos e quantitativos que dizem respeito à situação de algumas das capacitações da lista em cada país. Os itens selecionados foram divididos em três âmbitos: o primeiro âmbito está relacionado ao direito à vida e aos direitos sexuais e reprodutivos, que se relacionam aos itens 1 (*Vida*), 2 (*Saúde corporal*) e 3 (*Integridade corporal*). Já o segundo âmbito diz respeito ao acesso à educação, que está associado às capacitações dos itens 4 (*Sentidos, imaginação e pensamento*) e 6 (*Razão prática*). A terceira parte diz respeito ao papel das normas sociais, fator que pode ser associado ao item 7 (*Afiliação*).

4.1 O DIREITO À VIDA E OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Capacitações como a vida, a saúde e a integridade corporal são de particular importância – em si próprias e em relação a todas as outras. Nesse sentido, este subtópico dedica-se a analisar se é possível estabelecer uma correlação entre a participação política feminina e outros três itens da lista de capacitações centrais, os quais foram aqui agrupados devido à sua significativa semelhança e inter-relação. São os seguintes:

- 1. Vida.** Poder viver até o final de uma vida humana de duração normal; não morrer prematuramente [...].
- 2. Saúde corporal.** Poder ter boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; ser adequadamente nutrido; ter abrigo adequado.
- 3. Integridade corporal.** Poder mover-se livremente de lugar a lugar; ter seus limites corporais tratados como soberanos, por exemplo, ser protegido contra violência, incluindo violência sexual, abuso sexual infantil, e violência doméstica; ter oportunidades para satisfação sexual e escolha em termos de reprodução (NUSSBAUM, 2000, p. 78-80, tradução nossa).

Com o objetivo de estudar a situação dessas capacitações em Cuba e Haiti, foi feita uma seleção de indicadores, tanto quantitativos quanto qualitativos, que a elas remetem. Espera-se que a análise destes dados, em conjunto à contextualização histórica, contribua para

uma melhor compreensão do cenário desses países, ainda que de maneira limitada. Os indicadores quantitativos estão expostos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Indicadores referentes às capacitações 1, 2 e 3

| Indicador | Ano | Cuba | | Haiti | | Fonte |
|--|------|----------|----------|----------|----------|------------|
| Expectativa de vida ao nascer, total (anos) | 2019 | 80.7 (F) | 76.8 (M) | 66.2 (F) | 61.8 (M) | UNDP |
| Índice de mortalidade abaixo de cinco anos, por sexo (mortes a cada 1,000 nascimentos vivos) | 2020 | 4.6 (F) | 5.6 (M) | 54.9 (F) | 65.7 (M) | ECLAC |
| Índice de mortalidade materna (mortes a cada 100,000 nascimentos vivos) | 2017 | 36 | | 480 | | ECLAC |
| Prevalência contraceptiva ⁴⁶ , qualquer método (% de mulheres casadas idades 15-49) | 2017 | - | | 34 | | World Bank |
| | 2019 | 69 | | - | | |
| Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) que têm sua necessidade de planejamento familiar satisfeita com métodos modernos (%) | 2017 | - | | 45.4 | | ECLAC |
| | 2019 | 86.9 | | - | | |
| Gastos totais atuais em saúde como porcentagem do Produto Interno Bruto | 2019 | 11.1 | | 4.7 | | ECLAC |

Fonte: Elaborado pela autora com base em Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2022; UNDP, 2020a, 2020b; World Bank, 2022b.

Observando o quadro, pode-se perceber que a expectativa de vida em Cuba é significativamente mais alta. Somado a isso, em ambos os países a expectativa de vida é maior para mulheres do que para homens. Segundo Nussbaum (2000, p. 3, tradução nossa⁴⁷), “onde nutrição e serviços de saúde estão presentes, as mulheres vivem, em média, ligeiramente mais que os homens”. Os índices de mortalidade infantil, bem como os de mortalidade materna, são expressivamente mais altos no Haiti. Quando se considera o valor agregado destes dados, Cuba e Haiti apresentam, respectivamente, o menor e o maior índices de mortalidade infantil do continente. Também a mortalidade materna no Haiti é a mais alta do continente (ECLAC, 2022). É possível notar também que a mortalidade infantil atinge mais meninos que meninas, em ambos os países. A princípio, parece que isso pode ser

⁴⁶ Prevalência contraceptiva refere-se à porcentagem de mulheres casadas, de 15 a 49 anos, que estão utilizando (ou cujos parceiros estão utilizando) qualquer método contraceptivo, moderno ou tradicional (WORLD BANK, 2022b).

⁴⁷ No original: “[...] where equal nutrition and health care are present, women live, on average, slightly longer than men” (NUSSBAUM, 2000, p. 3)

atribuído ao fato de crianças do sexo masculino terem maior probabilidade de morrer prematuramente do que crianças do sexo feminino (RITCHIE; ROSER, 2019). No entanto, essa questão exigiria uma investigação mais aprofundada, que vai além do escopo deste trabalho. Já no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, os dados indicam que o acesso a serviços contraceptivos e de planejamento familiar é mais difundido em Cuba. Todos esses indicadores também estão em consonância com a porcentagem do PIB que cada país dedica à saúde.

Para melhor compreender essas realidades, cabe realizar uma análise da atuação dos dois países com relação à saúde. Cuba é, atualmente, uma referência mundial no que tange à saúde, tanto a nível nacional quanto em sua cooperação internacional nessa área. As origens desse cenário remontam à priorização da saúde pelo governo revolucionário a partir de 1959. Naquele período, o país enfrentava uma crise sanitária; havia um médico para cada 1064 habitantes. Nos primeiros anos de revolução, com a emigração de quase um sexto dos médicos cubanos, essa proporção passou a ser de um médico para cada 1268 pessoas. Frente a esse cenário, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Saúde (SNS), partindo da noção de saúde como direito da população e responsabilidade estatal. O sistema público de saúde, gratuito e com orientação preventiva, também é acompanhado de um significativo setor biotecnológico e farmacêutico. Pode-se ressaltar, como resultado desse cenário, o fato de Cuba apresentar a mais baixa taxa de mortalidade infantil do continente americano (LAMRANI, 2021).

O sistema de saúde haitiano, por sua vez, é compreendido por um setor público e um setor privado, bem como instituições mistas. O setor público, no entanto, tem recursos humanos e financeiros limitados, o que faz com que haja intervenções sobre a regulação da saúde no país por atores não certificados. Ainda nesse sentido, o sistema de saúde é grandemente afetado pela dependência externa (CASTRO; FARMER, 2004; FENE; GÓMEZ-DANTÉS; LACHAUD, 2020). Nota-se, por exemplo, que as sanções e o embargo econômicos promovidos pelos Estados Unidos em resposta ao golpe de 1991 tiveram impactos significativos sobre medicamentos e suprimentos médicos e, conseqüentemente, provocaram uma diminuição na imunização infantil, bem como reduziram o acesso à saúde de maneira geral (GIBBONS; GARFIELD, 1999). Referente à agenda econômica em que o sistema de saúde do Haiti está inserido, Castro e Farmer (2004, p. 321, tradução nossa) avaliam que “os governos minimizam as exigências do gasto público em saúde no orçamento

nacional, que se dedica em vez disso a satisfazer metas supostamente mais importantes, como o cumprimento de pagamentos a credores internacionais ou a privatização”⁴⁸.

Ao analisar a situação da saúde nos dois países, também é válido ressaltar a sua cooperação nesse âmbito, como é o caso do Projeto TRIPARTITE, acordado entre Brasil, Cuba e Haiti em 2010. A cooperação parte do reconhecimento do sucesso das experiências dos sistemas de saúde brasileiro e cubano, e também da já existente atuação de servidores da saúde cubanos para com a saúde pública haitiana. O projeto configura uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul, que se difere da tradicional “ajuda humanitária”, pois, como posto por Pessoa *et al.* (2013, p. 160), busca a “solução de problemas compartilhados [...]” e parte do entendimento de que a saúde pública no Haiti configura “uma questão de natureza nacional, pertencendo ao âmbito de decisões do próprio país, mas também de responsabilidade ética compartilhada, uma vez que as condições naturais e os determinantes e condicionantes da saúde transcendem as fronteiras nacionais”.

No que tange aos direitos sexuais e reprodutivos em particular, é possível notar os resultados da priorização, pelo governo revolucionário cubano, da saúde das mulheres. Diversas iniciativas foram realizadas nesse sentido a partir de 1959, cabendo citar a criação de creches, para que as mães pudessem participar da vida pública e econômica do país, e a legalização do aborto, em 1965. Cuba foi o primeiro país da América Latina a legalizar o procedimento, que é permitido conforme requisição da mulher (CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS, 2022; LAMRANI, 2016). No que se refere à licença maternidade, as legislações promulgadas nesse sentido garantem de 18 a 40 semanas de recesso remunerado, que pode inclusive ser alternado entre membros da família. Notam-se iniciativas do governo cubano para promover a responsabilidade compartilhada (LAMRANI, 2016; RAMÍREZ, 2022). Cuba aborda em sua legislação a proteção contra violência de gênero e dispõe de mecanismos como o Grupo Nacional para Prevenção e Tratamento da Violência na Família (CUBA, 2019; LAMRANI, 2016).

Como visto na seção 2, o Haiti apresenta um baixo IDH e um alto índice de desigualdade de gênero, o que se reflete sobre a situação dos direitos sexuais e reprodutivos no país. A baixa prevalência do acesso das mulheres haitianas ao planejamento familiar é diretamente prejudicial à sua autonomia e às suas oportunidades para além do âmbito doméstico (STARRS *et al.*, 2018). Conforme observado, o país apresenta os mais altos índices

⁴⁸ No original: “los gobiernos tratan de minimizar las exigencias del gasto público en salud en el presupuesto nacional, que se dedica en cambio a satisfacer metas supuestamente más importantes, como el cumplimiento de pagos a acreedores internacionales o la privatización” (CASTRO; FARMER, 2004, p. 321).

de mortalidade materna e infantil do continente latino-americano. Génés e Azor (2019) apontam que, nas últimas décadas, fatores como a instabilidade política decorrente de golpes de Estado, somada ao terremoto de 2010 e a epidemia de cólera que havia sido introduzida no país com as tropas da MINUSTAH, contribuíram para fragilizar ainda mais a infraestrutura sanitária (ZANELLA; BERALDO, 2012). Cabe notar que o aumento da urbanização no Haiti não resultou necessariamente em uma melhoria no acesso a serviços básicos, que ainda apresentam impasses de disponibilidade. A baixa cobertura da saúde materna e a prevalência de necessidades insatisfeitas de contracepção estão relacionadas a fatores como nível socioeconômico e educacional, bem como região de residência. Génés e Azor (2019) apontam, dentre os motivos pelos quais mulheres não buscaram atendimento médico, a distância e, principalmente, a falta de recursos financeiros. Não obstante, diversas iniciativas vêm sendo adotadas na última década, buscando aprimorar a cobertura da saúde materna e incluir o planejamento familiar a esses serviços, podendo-se notar um progresso em relação a anos anteriores (GÉNÉUS; AZOR, 2019).

A observação dos dados expostos acima permitiu perceber que, da mesma forma como ocorre com a participação política, Haiti e Cuba apresentam dados bastante discrepantes. Castro e Farmer (2004), ao analisarem a situação da saúde nesses dois países, trazem o postulado por Aviva Chomsky (2000):

Enquanto as análises predominantes sustentam que o “desenvolvimento” em termos padrões (ou seja, o aumento do PIB) é um pré-requisito para melhorar o estado de saúde da população de um país, o exemplo cubano sugere que, com relação a seu efeito sobre a saúde, a distribuição de recursos dentro de um país é muito mais importante que o PIB (CHOMSKY, 2000⁴⁹ *apud* CASTRO; FARMER, 2004, p. 339, tradução nossa⁵⁰).

Essa ideia também pode ser relacionada à questão dos custos relativos, que Sen (2010) traz em resposta ao argumento da escassez de recursos como justificativa para postergar investimentos sociais em uma nação. Segundo o economista, países considerados pobres pelos parâmetros tradicionais têm menos recursos financeiros, mas também precisam gastar menos recursos para custear serviços “trabalho-intensivos” como a saúde e a educação (SEN, 2010). Tendo em consideração essas perspectivas, pode-se perceber que a promoção da saúde e, mais especificamente, dos direitos das mulheres, não está necessariamente ligada ao PIB,

⁴⁹ CHOMSKY, A. 'The threat of a good example': Health and revolution in Cuba. *In*: KIM, Jim Yong *et al.* (eds.). **Dying for growth**: Global inequality and the health of the poor. Monroe: Common Courage Press, 2000.

⁵⁰ No original: “Mientras que los análisis predominantes sostienen que el “desarrollo” en términos estándares (es decir, el aumento del PIB) es un prerrequisito para mejorar el estado de salud de la población de un país, el ejemplo cubano sugiere que, con respecto a su efecto sobre la salud, la distribución de recursos dentro de un país es mucho más importante que el PIB” (CHOMSKY, 2000 *apud* CASTRO; FARMER, 2004, p. 339).

podendo ser determinada por fatores como a distribuição de recursos e o custeio público. Como percebido pela análise qualitativa, os cenários discrepantes da saúde nos dois países podem ser atrelados a diversos fatores históricos, políticos e institucionais, e os indicadores dessa área apresentam uma correlação com aqueles referentes à situação da participação política feminina nos espaços formais.

4.2 O ACESSO À EDUCAÇÃO

De forma análoga à seção anterior, a intenção desta é analisar indicadores relacionados a itens da lista das Capacitações Centrais – neste caso, aqueles relacionados ao acesso à educação. Como já foi visto no capítulo 2, existe uma correlação significativa entre a alfabetização das mulheres e a diminuição da mortalidade infantil, por exemplo. Assim, tendo em vista a importância da educação para o desenvolvimento nacional, fez-se uma seleção de indicadores com o intuito de mensurar, de certa forma, os itens 4 e 6 da lista de Nussbaum (2000, p. 78-80, tradução nossa):

4. Sentidos, imaginação e pensamento. Poder usar os sentidos, para imaginar, pensar e raciocinar – e fazer essas coisas de forma “verdadeiramente humana”, uma forma informada e cultivada por uma educação adequada, incluindo, mas não limitada a, alfabetização e treinamento matemático e científico básico. Poder usar a imaginação e o pensamento em conexão a experimentar e produzir trabalhos auto expressivos [...]. Poder usar a mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão com respeito ao discurso político e artístico, e à liberdade religiosa. Poder buscar o sentido da vida de sua própria maneira. Poder ter experiências agradáveis, e evitar dor desnecessária.

[...]

6. Razão prática. Poder formar uma concepção do bom e engajar em reflexões críticas acerca do planejamento da própria vida. (Isso envolve proteção para a liberdade de consciência).

Estes dois itens foram aqui agrupados por sua inter-relação significativa no que diz respeito ao acesso à educação e à possibilidade de expressão, que apresentam não apenas valor em si mesmos como também são instrumentos importantes para a realização de outras capacitações. O quadro abaixo contém indicadores que mensuram fatores relacionados a esses itens:

Quadro 2 – Indicadores referentes às capacitações 4 e 6

| Indicador | Ano | Cuba | | Haiti | |
|---|------|-----------|-----------|----------|-----------|
| | | | | | |
| Taxa de alfabetização de pessoas entre 15-24 anos | 2012 | 99.9 (F) | 99.9 (M) | 84.3 (F) | 86.6 (M) |
| | 2016 | - | | 82.6 (F) | 83.4 (M) |
| Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais | 2012 | 99.8 (F) | 99.7 (M) | - | |
| | 2016 | - | | 58.3 (F) | 65.3 (M) |
| Expectativa de anos de escolaridade | 2019 | 14,7 (F) | 13,8 (M) | 9,0 (F) | 10,39 (M) |
| Média de anos de escolaridade | 2019 | 11,24 (F) | 11,79 (F) | 4.28 (F) | 6.59 (M) |
| Gastos governamentais em educação (% do PIB) | 2010 | 12.8 | | - | |
| | 2018 | - | | 1.6 | |

Fonte: Elaborado pela autora com base em ECLAC, 2022.

Observando os dados, pode-se perceber que a taxa de alfabetização de pessoas entre 15 e 24 anos é mais alta em Cuba, compreendendo quase a totalidade deste grupo. No caso do Haiti, a taxa fica acima de 80%, sendo um pouco maior entre os homens do que entre as mulheres. Já quando se trata da taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, os valores caem para ambos os países; porém, sofrem uma queda mais significativa no caso do Haiti. A diferença entre a taxa feminina e a masculina é mais significativa para este grupo. De modo geral, esses dados parecem indicar um avanço no âmbito educacional, visto que as novas gerações haitianas parecem estar desfrutando de um acesso maior e mais igualitário à alfabetização.

No que tange aos anos de escolaridade, tanto a expectativa quanto a média cubana são mais altas que as correspondentes haitianas. No entanto, é interessante notar que, enquanto a expectativa de escolaridade cubana é mais alta para as mulheres do que para os homens, a média de escolaridade masculina acaba sendo ligeiramente mais alta. No caso do Haiti, tanto a expectativa quanto a média são maiores para os homens do que para as mulheres; todavia, a lacuna entre os dois grupos é maior para a média do que para a expectativa. Analogamente ao que acontece com os indicadores referentes à saúde, pode-se perceber que os dados dos indicadores relativos à educação condizem com os valores da porcentagem do PIB voltada à educação – ainda que, infelizmente, no caso de Cuba, o dado mais recente seja de 2010.

Os altos índices de alfabetização e de escolaridade em Cuba podem ser traçados, para além da porcentagem de gastos voltados a essa área, às iniciativas históricas nesse sentido. Como visto anteriormente, iniciativas sociais eram um aspecto central da agenda do governo revolucionário. Nesse contexto, além da criação de escolas, é importante ressaltar a campanha

de alfabetização de 1961. A campanha, que viria a alfabetizar mais de 700 mil pessoas, contou com uma grande mobilização de voluntários. Cabe notar que as mulheres constituíam mais da metade tanto do voluntariado quanto da população beneficiada pela campanha (HERMAN, 2012). Estes esforços fizeram com que Cuba se tornasse o primeiro território livre de analfabetismo na região da América Latina e Caribe (LAMRANI, 2016). Também em 1961, estabelece-se a educação como dever do Estado, a ser garantida a todos os cidadãos, e a ser orientada por meio de um sistema educacional integrado. Somado a isso, em 1962, há a promulgação da Reforma Universitária, que ampliou o acesso ao nível superior. O acesso às universidades era, até então, limitado a grupos que dispusessem de condições financeiras. A Reforma resultou também em um aumento significativo da quantidade de mulheres no ensino superior. Posteriormente, esses direitos foram consagrados pela Constituição de 1976, que estabelece o direito de todos os cidadãos à educação, e também a gratuidade de todos os níveis de ensino (PÉREZ; ALMEIDA; BAJOS, 2013).

A baixa média de escolaridade no Haiti, por sua vez, está relacionada aos diversos desafios enfrentados pelo sistema educacional haitiano. Apesar da Constituição haitiana estabelecer como obrigatória a educação fundamental, e reconhecer como responsabilidade do Estado garantir que as escolas estejam ao alcance de todos (HAITI, 2012), a educação haitiana é majoritariamente concentrada no setor privado. Assim como ocorre com o acesso a serviços de saúde, muitas vezes a impossibilidade de frequentar a escola está relacionada à falta de recursos financeiros para pagar as taxas e, no caso da população que vive nas áreas rurais, à distância (PROSPERE; NOGARO, 2018). Esses impasses também incidem de forma particular sobre as mulheres, restringindo suas opções e as possibilidades de continuidade do estudo. Soma-se a isso ainda a ausência de uma regulação estatal sobre a rede privada. Esse conjunto de fatores faz com que o sistema educativo haitiano promova a “reprodução de um sistema social fundado sobre a exclusão” (MARQUES, 2012, p. 106). Novamente, nota-se uma discrepância entre o que Sen (2010) chama de liberdades formais e liberdades substantivas. A despeito da falha, por parte do Estado, em cumprir suas responsabilidades constitucionais no que diz respeito à educação, a população haitiana mobiliza-se pela melhoria da qualidade de vida de diversas maneiras. Cabe destacar o papel histórico e atual de movimentos sociais que se dão no ambiente universitário, como é o caso da Universidade do Estado Haiti, que se coloca como centro de resistência, em resposta desde ao duvalierismo até ao intervencionismo da MINUSTAH (MARQUES, 2012).

A partir do exposto acima, pode-se perceber uma situação semelhante ao que ocorre no âmbito da saúde: a garantia da educação não está necessariamente atrelada a um PIB alto,

podendo ser priorizada a partir da distribuição de recursos públicos. Também como observado no subtópico anterior, os indicadores relativos ao acesso à educação estão em consonância aos dados referentes à participação política feminina. A próxima subseção, por sua vez, trata do último âmbito relativo às capacitações a ser abordado por este trabalho: as normas sociais.

4.3 O PAPEL DAS NORMAS SOCIAIS

Neste subtópico, propõe-se abordar a capacitação que Nussbaum (2000) denominou de “Afiliação”. Como visto no capítulo 2, a autora entende que a afiliação (bem como a razão prática) deve perpassar todas as outras capacitações, pois é essencial para que sejam exercidas de uma forma humana. Essa capacitação envolve, assim, poder existir em uma relação de respeito e de reciprocidade com outras pessoas:

7. Afiliação.

A. Poder viver com e em relação a outros, reconhecer e mostrar preocupação para com outros seres humanos, engajar em variadas formas de interação social; poder imaginar a situação de outro e ter compaixão por essa situação; ter a capacitação para justiça e amizade. (Proteger essa capacitação significa proteger instituições que constituem e nutrem essas formas de afiliação, e também proteger a liberdade de assembleia e de discurso político).

B. Ter as bases sociais de autorrespeito e não-humilhação; poder ser tratado como um ser dignificado cujo valor é igual ao dos outros. Isso envolve, no mínimo, proteções contra discriminação de raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, etnia, ou origem nacional. No trabalho, poder trabalhar como um ser humano, exercendo razão prática e tomando parte em relações significativas e de mútuo reconhecimento com outros trabalhadores. (NUSSBAUM, 2000, p. 79).

Como explicitado no trecho, a autora ressalta que a garantia dessa capacitação requer proteção contra as várias formas de discriminação que impedem que as pessoas levem uma vida que elas valorizem. Essa discriminação se dá no contexto de estruturas sistêmicas que buscam reproduzir as hierarquias de poder tradicionais. No caso da desigualdade de gênero em específico, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) argumenta que a questão das normas sociais é central para a compreensão dessas dinâmicas. No relatório *Tackling Social Norms: A game changer for gender inequalities*, de 2020, o PNUD define normas sociais como “valores, crenças, atitudes e práticas que reforçam as dinâmicas preferenciais de poder sobre interações entre indivíduos e instituições” (UNDP, 2020c, p. 6, tradução nossa⁵¹). No que tange à participação das mulheres na política em particular, Muñoz-Pogossian *et al.* (2017) apontam que regras institucionais informais e percepções culturais configuram impasses às tentativas das mulheres de atuar politicamente.

⁵¹ No original: “values, beliefs, attitudes and practices that assert preferred power dynamics for interactions between individuals and institutions” (UNDP, 2020c, p. 6).

Similarmente, Archenti e Tula (2007, p. 188, tradução nossa) afirmam que “Na cultura política latino-americana perduram certos traços patriarcais que incidem negativamente sobre a efetividade das cotas de gênero”⁵².

Assim, reconhecendo a relevância dos condicionantes da cultura política no que se refere à participação das mulheres no âmbito público, e partindo da noção de que “negligenciar o poder invisível das normas seria perder uma compreensão mais profunda da mudança social” (UNDP, 2020c, p. 9, tradução nossa⁵³), este subtópico busca avaliar a situação das normas sociais em Cuba e Haiti. O Índice de Normas Sociais de Gênero (GSNI), mencionado no capítulo 2, oferece uma mensuração interessante para essa questão. O índice é construído a partir de sete indicadores, criados com base nas respostas a sete perguntas do World Values Survey (WVS). As questões utilizadas são: “Homens fazem líderes políticos melhores do que as mulheres” e “Mulheres têm os mesmos direitos que os homens” para criar o índice de empoderamento político; “A universidade é mais importante para um homem do que para uma mulher”, para criar o índice de empoderamento educacional; “Os homens têm mais direito a um emprego que as mulheres” e “Homens fazem executivos de negócios melhores que as mulheres” constituem o índice de empoderamento econômico; e, por fim, variáveis *proxy* referentes à violência íntima e a direitos reprodutivos para compor o índice de integridade física. Essas quatro dimensões são utilizadas para criar, enfim, o GSNI, que avalia a porcentagem de pessoas com algum viés (*bias*) dentre os sete indicadores mencionados. Infelizmente, o índice não inclui dados de Cuba. Os dados referentes ao Haiti e à média global, porém, podem ser observados abaixo:

Quadro 3 – Índice de Normas Sociais de Gênero

| | GSNI (porcentagem de pessoas com pelo menos um viés ⁵⁴) | | GSNI2 (porcentagem de pessoas com pelo menos dois vieses) | | Porcentagem de pessoas sem enviesamento | |
|---------------------------|---|--------|---|--------|---|--------|
| | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens |
| Haiti (2010–2014) | 97,96 | 99,90 | 86,20 | 99,58 | 2,04 | 0,10 |
| Média geral ⁵⁵ | 86,09 | 90,58 | 62,36 | 73,02 | 13,91 | 9,42 |

Fonte: Elaborado pela autora com base em UNDP, 2020c.

⁵² Originalmente: “En la cultura política latinoamericana perduran ciertos rasgos patriarcales que inciden negativamente en la efectividad de las cuotas de género” (ARCHENTI; TULA, 2007, p. 188).

⁵³ Originalmente: “neglecting the invisible power of norms would miss a deeper understanding of social change” (UNDP, 2020c, p. 9).

⁵⁴ O termo original, *bias*, foi aqui traduzido para “viés”.

⁵⁵ A média geral foi “Baseada em 75 países com dados da onda 5 (2005–2009) e da onda 6 (2010–2014) do World Values Survey, representando 81% da população global” (UNDP, 2020c, p. 23, tradução nossa).

Observando os dados, pode-se perceber que tanto no Haiti quanto a nível global, a porcentagem de homens com algum viés é maior que a de mulheres. Também nota-se que, no caso do Haiti, a porcentagem de homens com pelo menos um ou pelo menos dois enviesamentos é quase equivalente; no entanto, os números referentes às mulheres diminuem quando se consideram pelo menos dois enviesamentos. Somado a isso, percebe-se que, no Haiti, a quantidade de pessoas com algum enviesamento é maior que a média global. Os dados do índice também podem ser desagregados e observados por dimensão, como exposto no quadro abaixo:

Quadro 4 – Índice de Normas Sociais de Gênero, por dimensão

| | Porcentagem de pessoas enviesadas (<i>biased</i>) por dimensão | | | | | | | |
|-------------------|--|-------|-----------|-------|-----------|-------|--------------------|-------|
| | Política | | Econômica | | Educativa | | Integridade física | |
| | M | H | M | H | M | H | M | H |
| Haiti (2010–2014) | 72.86 | 79.90 | 50.94 | 94.05 | 43.29 | 77.21 | 81.31 | 95.10 |
| Média geral | 53.03 | 64.01 | 49.68 | 63.18 | 22.41 | 28.68 | 69.71 | 74.09 |

Fonte: Elaborado pela autora com base em UNDP, 2020c.

São várias as observações que podem ser feitas a partir destes dados. Nota-se que, conforme ocorre com os dados agregados, a porcentagem de homens com algum viés é sempre maior que a de mulheres. Como visto no quadro anterior, a porcentagem de pessoas com algum viés é maior no Haiti do que a média geral; no entanto, é interessante observar que na dimensão econômica a porcentagem de mulheres com algum viés no Haiti é muito similar à média global. O mesmo não acontece quando se compara as porcentagens de homens com algum viés nessa dimensão. No caso do Haiti, a discrepância das porcentagens entre os gêneros é particularmente significativa nas dimensões econômica e educacional. No país, a dimensão que apresenta a menor discrepância entre as percepções de homens e mulheres é a dimensão política. Considerando a relevância particular desta dimensão no contexto deste trabalho, cabe resgatar as perguntas utilizadas para criar o índice de empoderamento político. Os quadros abaixo apresentam as respostas das mulheres e dos homens haitianos às duas perguntas do WVS utilizadas pelo GSNI:

Quadro 5 – V51 - “Homens fazem líderes políticos melhores do que as mulheres” (Haiti)

| | Sexo feminino | Sexo masculino |
|----------------------|---------------|----------------|
| Concordam fortemente | 6,2 | 26,0 |
| Concordam | 22,6 | 20,2 |
| Discordam | 35,6 | 26,4 |
| Discordam fortemente | 35,6 | 27,4 |

Fonte: Elaborado pela autora com base em World Values Survey, 2020.

Observando o quadro, é particularmente notável a discrepância entre a porcentagem de mulheres e homens que responderam que “concordam fortemente” com a afirmação: apenas 6,2% das mulheres, em comparação a 26% dos homens. Observando conjuntamente os dois grupos que concordam com a afirmação, tem-se 28,8% das mulheres em comparação a 46,2% dos homens. Tendo isso em vista, a baixa discrepância constatada no índice da dimensão política parece resultar da agregação do V51 ao V139⁵⁶:

Quadro 6 – V139 - Democracia: Mulheres terem os mesmos direitos que os homens (Haiti)

| Gradiente referente à afirmação “mulheres terem os mesmos direitos que os homens” | Sexo | |
|---|-----------|----------|
| | Masculino | Feminino |
| Não é uma característica essencial da democracia | 6.9% | 7.7% |
| 2 | 4.3% | 3.4% |
| 3 | 6.7% | 6.6% |
| 4 | 10.1% | 10.0% |
| 5 | 14.2% | 14.1% |
| 6 | 8.4% | 8.8% |
| 7 | 8.7% | 8.6% |
| 8 | 8.1% | 8.4% |
| 9 | 5.5% | 5.2% |
| Uma característica essencial da democracia | 25.5% | 23.6% |

Fonte: Elaborado pela autora com base em World Values Survey, 2020.

É interessante notar que, enquanto 71,2% das mulheres haitianas discordam da afirmação de que os homens são líderes políticos melhores do que as mulheres, o nível de relevância que as mulheres conferem à igualdade de direitos entre os sexos como uma característica essencial da democracia distribui-se de forma mais esparsa. De modo geral, o

⁵⁶ A elaboração da questão foi a seguinte: “Muitas coisas podem ser desejáveis, mas nem todas elas são características essenciais da democracia. Por favor, diga-me, para cada uma das coisas a seguir, o quão essencial você pensa que ela é como uma característica da democracia” (WVS, 2020, online, tradução nossa).

fato de que mulheres concordam com afirmações que reforçam as relações de poder vigentes pode ser entendido a partir do conceito de violência simbólica. Como visto no capítulo anterior, Krook e Sanín (2016) incluem essa categoria nas formas de violência contra as mulheres na política. De forma mais ampla, esse conceito foi elaborado por Bourdieu (2002) para se referir ao tipo de violência que se origina das e ao mesmo tempo reforça as relações de dominação sociais. Essa violência, muitas vezes sutil, porque vista como “natural” inclusive pelas suas vítimas, pode fazer com que os oprimidos desenvolvam “um tipo de autodepreciação sistemático” (BOURDIEU, 2002, p. 35, tradução nossa⁵⁷). Assim, entende-se por que muitas vezes mulheres podem concordar com afirmações como “homens fazem líderes políticos melhores”.

Esses “esquemas de percepção” (BOURDIEU, 2002, p. 40, tradução nossa) se reproduzem globalmente. Cabe, então, analisar a questão das normas sociais no outro país que é objeto deste estudo. Infelizmente, no caso de Cuba, não foram encontradas enquetes de opinião pública nesse sentido⁵⁸. Tendo isso em vista, optou-se por abordar o tópico a partir de uma revisão de literatura. Como observado diversas vezes ao longo deste trabalho, o governo cubano adota, desde 1959, um discurso voltado à emancipação da mulher, e vários avanços concretos podem ser percebidos nesse sentido, como é o caso das melhorias sociais nos âmbitos da saúde e da educação vistas anteriormente. Barrueta (2015, p. 296, tradução nossa) coloca que as transformações revolucionárias “expressaram-se no desenvolvimento concreto alcançado pelas mulheres em diferentes esferas da vida social”, e que essa expressão se dá também em um nível subjetivo.

No entanto, as transformações subjetivas não influem igualmente sobre toda a população cubana, visto que se dão em um contexto mais amplo, permeado pela cultura patriarcal, que permanece reproduzindo-se no país através de “tradições, costumes, normas e valores” (BARRUETA, 2015, p. 296, tradução nossa). Por conta disso, as transformações subjetivas não ocorrem no mesmo ritmo das transformações objetivas. Nesse sentido, Barrueta (2015, p. 296, tradução nossa) aponta que, enquanto “condições jurídicas e políticas que ratificam a igualdade entre as pessoas” são necessárias para que as mulheres exerçam plenamente seus direitos, elas não são condições suficientes para tanto. Novamente, a noção de liberdades formais e substantivas utilizada por Sen (2010) pode ser utilizada para compreender os motivos pelos quais ainda existem impedimentos à participação plena das mulheres na política, não obstante o discurso vigente e os dispositivos constitucionais. Parece,

⁵⁷ “[...] a kind of systematic self-depreciation” (BOURDIEU, 2002, p. 35).

⁵⁸ As bases de dados de opinião pública consultadas foram: AmericasBarometer, Latinobarómetro e WVS.

inclusive, que se poderia aplicar essa ideia ao fato de que, mesmo quando mulheres de fato ocupam posições políticas, sua atuação frequentemente é dificultada por impasses como a violência de gênero (KROOK; SANÍN, 2016).

A socióloga Cervantes (2014, p. 4, tradução nossa) coloca que “a violência de gênero é um mal endêmico da cultura patriarcal a nível global”. Similarmente ao postulado por Barrueta (2015) acerca da prevalência da cultura patriarcal em Cuba, Cervantes (2014) argumenta que, apesar do protagonismo das mulheres na sociedade cubana, a estrutura patriarcal resiste às mudanças sociais. Isso pode ser percebido pelo fato de que, mesmo com as iniciativas governamentais de incentivo à responsabilidade compartilhada, ainda recai sobre as mulheres o protagonismo doméstico (BARRUETA, 2015). Também o tipo de violência predominante no país é a intrafamiliar, tanto física quanto psicológica. Cabe notar que, segundo Cervantes (2014), a violência sexual e a psicológica não são tão reconhecidas quanto a violência física; disso decorre que muitas cubanas não considerem ser vítimas de violência, porque o associam somente à agressão física. Nesse sentido, percebe-se também aqui o pressuposto de Bourdieu acerca dos esquemas de percepção ditados pelo poder simbólico. Como posto por Cervantes (2014, p. 11, tradução nossa):

As investigações que abordam o problema das manifestações sutis de violência ratificam o pouco conhecimento que existe entre as mulheres sobre os temas relacionados com a violência e mostram a prevalência entre elas de estereótipos patriarcais que perpetuam a subordinação e a inferiorização femininas. Da mesma forma, evidenciam que não existe um conhecimento elaborado e conscientizado sobre a violência simbólica nem sobre seus múltiplos mecanismos (CERVANTES, 2014, p. 11, tradução nossa⁵⁹).

Percebe-se, assim, que os avanços em direção à igualdade de gênero que se deram em Cuba não significam o desaparecimento do aparato que reforça a dominação masculina. Pelo contrário, as normas sociais da cultura patriarcal seguem reproduzindo as noções tradicionais dos papéis de gênero, constituindo um obstáculo significativo à emancipação das mulheres.

Dadas as observações acerca das normas sociais em Haiti e em Cuba, pode-se perceber que em ambos os países existem impedimentos para o exercício da capacitação referente ao que Nussbaum intitula de “afiliação”. Particularmente no que diz respeito às “bases sociais de autorrespeito e não-humilhação”, nota-se que a violência simbólica constitui um obstáculo significativo. Nussbaum (2000) entende que a garantia dessa capacitação

⁵⁹ No original: “Las investigaciones que se acercan al problema de las manifestaciones sutiles de violencia, ratifican el poco conocimiento que existe entre las mujeres sobre los temas relacionados con la violencia y muestran la prevalencia en ellas de estereotipos patriarcales que perpetúan la subordinación y la inferiorización femeninas. Asimismo, evidencian que no existe un conocimiento elaborado y conscientizado sobre la violencia simbólica ni sobre sus múltiples mecanismos” (CERVANTES, 2014, p. 11).

envolve proteções contra discriminação; pode-se afirmar, nesse sentido, que cabe aos Estados haitiano e cubano suprir os vazios existentes a nível legislativo e discursivo no que se refere à especificação dos direitos das mulheres, bem como elaborar políticas públicas voltadas à implementação efetiva dos direitos já garantidos em lei, levando em consideração os múltiplos obstáculos que se colocam frente à sua concretização, considerando o cenário complexo enfrentado pelas mulheres.

4.4 CONCLUSÃO DO ESTUDO COMPARADO

A realização de um estudo comparado permitiu observar melhor a situação das capacitações em Cuba e Haiti. Foi possível, assim, identificar divergências importantes, não somente por meio da análise de dados quantitativos, mas também através da relação destes dados ao contexto histórico e institucional dos países. Nesse sentido, a presente subseção traz algumas das conclusões que podem ser depreendidas a partir da análise realizada neste capítulo.

Quando se estuda as dimensões da saúde e da educação em Cuba e Haiti, existem alguns fatores que parecem comuns a ambos os cenários. Primeiramente, é importante notar que Cuba dedica uma porcentagem significativamente maior do PIB tanto à saúde quanto à educação, comparativamente ao Haiti. Como visto, o caso cubano pode ser relacionado ao que Sen (2010) postula: a escassez de recursos financeiros não justifica, necessariamente, postergar investimentos no âmbito social. Como posto por Castro e Farmer (2004), o aumento dos indicadores de crescimento econômico, ou o desenvolvimento em seu sentido tradicional, não é tão imprescindível quanto a distribuição de recursos.

Somado a isso, nota-se que tanto os serviços de saúde quanto os de ensino são gratuitos em Cuba, havendo iniciativas explícitas por parte do governo em promover seu acesso à toda a população. Por outro lado, viu-se que a questão financeira é um impedimento frequente ao acesso à saúde e à educação pelo povo haitiano, bem como a distância, dada a escassez de serviços principalmente em áreas rurais.

Por fim, também é perceptível um contraste no que se refere à regulação dos serviços: em Cuba há uma integração dos serviços de saúde sob responsabilidade do Estado; o mesmo ocorre com o sistema de ensino (PÉREZ; ALMEIDA; BAJOS, 2013). Já no Haiti, a ausência de regulamentação estatal permite a intervenção da rede privada e de organizações internacionais, dentre outros atores (FENE; GÓMEZ-DANTÉS; LACHAUD, 2020).

Somado a isso, foi possível perceber que os serviços de saúde sexual e reprodutiva são mais abrangentes em Cuba. Nota-se, também aqui, a correlação deste fator com a participação feminina na política, tendo em vista a importância dos direitos sexuais e reprodutivos para a ampliação da possibilidade de atuação das mulheres no âmbito público. Nesse sentido, cabe notar que o acesso a serviços e à informação relativa à saúde sexual e reprodutiva é frequentemente prejudicado pela questão das normas sociais de gênero (STARRS *et al.*, 2018).

Como visto na subseção anterior, as normas tradicionais de gênero, que reforçam as dinâmicas de poder existentes, estão presentes a nível global. A prevalência da violência simbólica e de outras formas de violência de gênero foi constatada tanto em Cuba quanto no Haiti. Diferentemente dos âmbitos relativos à saúde e à educação, não foi possível comparar algum tipo de mensuração acerca das normas sociais em cada país. Não se pode apontar, assim, alguma correlação com as distintas situações de participação feminina na política. Não obstante, percebe-se que ambos os países ainda são permeados por normas tradicionais que reforçam a desigualdade de gênero, e que se expressam, frequentemente, por meio da violência simbólica, representando um obstáculo significativo para a liberdade das mulheres.

Além da sua expressão simbólica, a violência de gênero assume várias outras formas, constituindo um dos principais impedimentos à concretização dos direitos das mulheres nos dois países. Dentre esses impedimentos, também se pode incluir questões citadas anteriormente, como a falta de recursos financeiros para acessar serviços de saúde e de educação (especialmente no caso do Haiti) e a dupla jornada que recai sobre as mulheres dada a imposição de um papel protagonista no âmbito doméstico. Esses fatores contribuem para a distinção que prevalece entre liberdades formais e liberdades substantivas. Retomadas diversas vezes no decorrer deste trabalho, essas categorias utilizadas por Sen (2010) são pertinentes para a compreensão dos motivos pelos quais a existência de direitos garantidos em lei ou proferidos em discursos não significa, necessariamente, sua concretização na forma de oportunidades reais. Assim, para além do reconhecimento legislativo da igualdade entre mulheres e homens, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que levem em consideração os obstáculos que ainda impedem as mulheres haitianas e cubanas de realizarem suas capacitações de forma plena.

No que tange especificamente à hipótese deste trabalho, foi possível notar que existe, nos casos de Cuba e Haiti, uma correlação entre o item 10 da lista de Capacitações Centrais – referente à participação política – e os itens 1, 2 e 3, avaliados por meio de indicadores relacionados à saúde, bem como os itens 4 e 6, observados a partir de indicadores relativos à

educação. No caso do item 7, não foi possível realizar algum tipo de mensuração, cabendo apontar que existem impedimentos à realização desta capacitação em ambos os países. Assim, nota-se que existe uma correlação, nas duas nações, entre os níveis de participação política feminina e o acesso das mulheres à saúde e à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inter-relações entre o processo de desenvolvimento e as dinâmicas de gênero, ao mesmo tempo que presentes em todos os países, expressam-se de maneiras distintas conforme as particularidades de cada nação. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender melhor como essa relação se apresenta no Haiti e em Cuba. Para tanto, fez-se uso da abordagem das capacitações, de maneira a estudar o desenvolvimento como fenômeno multidimensional. Viu-se que mensurar o desenvolvimento a partir de uma base informacional mais ampla – para além da dimensão da renda – é importante para que se possam criar políticas públicas mais compreensivas, que por sua vez permitam que as pessoas levem uma vida que elas valorizem.

Nesse sentido, percebeu-se que a posição dos países nas classificações de níveis de desenvolvimento alteram-se conforme são incluídas diferentes unidades de mensuração. Também por esta razão entende-se a relevância de uma abordagem multidimensional, haja vista que, como notado por Nussbaum (2011), os Estados respondem a classificações que podem afetar sua reputação internacional. Assim, a utilização de uma base informacional mais ampla pode exercer um incentivo sobre as nações para que promovam outros aspectos do desenvolvimento, para além do crescimento econômico, que tenham um impacto positivo sobre a qualidade de vida de sua população.

A atuação do Estado é fundamental para garantir que as pessoas disponham do que Nussbaum chamou de “capacitações combinadas” – ou seja, não apenas o desenvolvimento das capacitações internas das pessoas, mas também das condições externas que permitam que elas sejam exercidas. Foi percebido que, enquanto as mulheres haitianas e cubanas têm *status* de igualdade em relação aos homens nos documentos oficiais, frequentemente elas não dispõem de capacitações combinadas porque fatores externos as impedem de realizá-las. Assim, os Estados devem promover políticas com o intuito de extinguir a lacuna que existe entre as liberdades formais e as liberdades substantivas. Essa lacuna foi percebida não somente no caso da participação política feminina – em que a adoção de cotas pelo Haiti prevê uma porcentagem que não é cumprida –, mas também no que tange ao acesso à saúde e à educação no Haiti. Cabe aplicar essa lógica também ao fato de que o Estado cubano, legislativamente, reconhece a responsabilidade doméstica compartilhada; no entanto, a dupla jornada permanece como uma realidade – que, como visto, agrava-se em períodos de crise – para as mulheres cubanas, colocando-se como obstáculo para que realizem suas capacitações plenamente.

Os impasses citados somam-se à violência de gênero que, como visto, manifesta-se em suas dimensões física, sexual, econômica, psicológica e simbólica, e é acirrada quando se intersecciona a outras formas de opressão. A participação das mulheres na política se dá, nesse sentido, a despeito de uma miríade de obstáculos que objetivam limitá-las à esfera privada. Buscando compreender a situação histórica e atual da participação política feminina, especificamente nos casos de Cuba e Haiti, foi elaborado um gráfico que permite observar as tendências da porcentagem de mulheres nos parlamentos desses países, no período de 1948 a 2022. A análise do gráfico, associada a aspectos históricos, permitiu perceber que, nas últimas duas décadas, a porcentagem de mulheres na política em Cuba e Haiti vem apresentando um movimento divergente. Essa divergência pode ser entendida a partir da prevalência, no Haiti, da instabilidade política causada por governos ditatoriais e pela constante interferência externa, em comparação ao estabelecimento da igualdade de gênero como uma das responsabilidades e objetivos centrais do Estado cubano.

Não obstante, foi notado que, apesar do governo revolucionário cubano explicitar seus objetivos de promover a igualdade de gênero desde 1959, a participação das mulheres na política permaneceu escassa durante o período em que o legislativo esteve concentrado no Conselho de Ministros. Somente 17 anos após a Revolução, com as demandas reivindicadas pela FMC, foi que o número de mulheres na política cubana passou a apresentar uma proporção significativa. Também se constatou que, apesar dos importantes avanços representados pela porcentagem de mulheres no parlamento, ainda existem impedimentos para que mulheres ocupem cargos mais altos.

Havendo analisado a situação da participação política feminina em Cuba e no Haiti, buscou-se investigar a existência de correlações entre a situação desta capacitação e outras capacitações da lista de Nussbaum. As capacitações consideradas mais pertinentes para o estudo foram divididas em três âmbitos para a realização da comparação. O primeiro âmbito, relativo ao direito à vida e aos direitos sexuais e reprodutivos, compreendeu os itens 1) Vida, 2) Saúde corporal e 3) Integridade corporal. Os indicadores analisados permitiram perceber que o acesso a serviços de saúde e aos DSR é significativamente mais amplo em Cuba. Assim, pode-se perceber uma correlação entre a alta participação política feminina e o amplo acesso a serviços de saúde, bem como uma maior autonomia das mulheres permitida por meio do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. De maneira similar, os indicadores relativos ao âmbito da educação – que compreendeu os itens 4) Sentidos, imaginação e pensamento e 6) Razão prática – demonstraram maior prevalência de alfabetização e maior acesso ao ensino entre as mulheres cubanas. Como posto por Nussbaum (2000, p. 81,

tradução nossa), “Uma das maneiras mais efetivas de promover o controle das mulheres sobre seu ambiente, e o seu direito efetivo de participação política, é promovendo a alfabetização das mulheres”⁶⁰. Por fim, o âmbito das normas sociais abrangeu o item 7) Afiliação. Dado que não foram encontradas pesquisas de opinião pública relativas à população cubana, não foi possível realizar algum tipo de mensuração nesse sentido. Não obstante, foi possível perceber que as normas tradicionais de gênero permanecem configurando impasses para as capacitações das mulheres em ambos os países.

Este trabalho se propôs a responder a pergunta “Como as Capacitações Centrais estabelecidas pela filósofa Martha Nussbaum podem ser utilizadas para explicar a situação da participação política feminina em Cuba e Haiti?”. A hipótese inicialmente sugerida foi de que, conforme o pressuposto de que as capacitações são inter-relacionadas, seria possível observar uma correlação, nos casos de Cuba e Haiti, entre a capacitação referente à participação política e outras capacitações da lista. Após a realização do estudo comparado, a hipótese foi parcialmente corroborada. Foi notada uma correlação entre os níveis de participação política feminina e a situação das capacitações relativas aos âmbitos da saúde e da educação. No entanto, no caso da capacitação expressa no item 7 (Afiliação), não foi possível realizar uma comparação direta entre pesquisas de opinião pública visto que não foram encontrados dados referentes à Cuba. Apesar de não ser possível denotar uma correlação, o estudo desta capacitação permitiu perceber as maneiras nas quais as normas sociais representam um impasse significativo, em ambos os países, à participação política feminina, na medida em que relacionam-se à prevalência da violência simbólica.

Ao longo da elaboração deste trabalho, foi também possível perceber espaço para futuras investigações. Existem diversos objetos relativos a este tema de pesquisa que exigiriam uma investigação mais aprofundada, podendo-se citar o estudo dos sistemas eleitorais; a análise de outras capacitações da lista; e a ampliação do estudo comparado de maneira a incluir mais países. Reconhece-se, também, a insuficiência dos índices utilizados para a compreensão das atuações políticas que se dão fora do âmbito estatal ou institucional. Assim, ao mesmo tempo em que esta pesquisa permitiu construir uma compreensão mais aprofundada acerca do tema, ela também gerou mais perguntas: Como determinados arranjos eleitorais favorecem a eleição de mulheres? Quem são as mulheres eleitas? Como se dá a atuação política feminina que existe para além do escopo do Estado? De que maneira outras

⁶⁰ No original: “One of the most effective ways of promoting women’s control over their environment, and their effective right of political participation, is to promote women’s literacy.” (NUSSBAUM, 2000, p. 81).

capacitações, a exemplo do acesso ao lazer, podem relacionar-se à participação política feminina? Qual é a situação das capacitações em outros países da América Latina? Dessa forma, abre-se caminho para outros possíveis esforços de investigação.

Por fim, cabe notar que esta pesquisa permitiu uma maior compreensão, através do estudo comparado, de dois países que, apesar de inúmeras distinções, compartilham histórias de resistência. A atuação – dentro ou fora do Estado – das mulheres haitianas e cubanas pode ser percebida historicamente e nos dias atuais. Espera-se que pensar o desenvolvimento por meio da abordagem das capacitações permita a construção de políticas mais compreensivas, que promovam as condições necessárias para que as mulheres sigam exercendo sua agência e atuando em todos os espaços da vida social.

REFERÊNCIAS

- ARCHENTI, Nélica; TULA, María Inés. Cuotas de género y tipo de lista en América Latina. **Opini3o P3blica**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 185-218, jun. 2007. Dispon3vel em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3802?locale-attribute=es>. Acesso em: 11 set. 2022.
- ASSOCIATION FOR WOMEN'S RIGHTS IN DEVELOPMENT (AWID). **Myriam Merlet**. Dispon3vel em: <https://www.awid.org/whrd/myriam-merlet>. Acesso em: 02 set. 2022.
- AYERBE, Luis Fernando. **A Revoluu3o Cubana**. S3o Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BARRUETA, Norma Vasallo. Subjetividad femenina y cambio social en Cuba. *In*: MART3NEZ, Jorge Hern3ndez (org.). **Antolog3a del pensamiento cr3tico cubano contempor3neo**. Ciudad Aut3noma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 295-312.
- BIROLI, Fl3via. **G3nero e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. S3o Paulo: Boitempo, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **Masculine domination**. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- BERTELSMANN STIFTUNG. **Cuba Country Report 2022**. Dispon3vel em: <https://bti-project.org/en/reports/country-report/CUB>. Acesso em: 29 ago. 2022a.
- BERTELSMANN STIFTUNG. **Haiti Country Report 2022**. Dispon3vel em: <https://bti-project.org/en/reports/country-report/HTI#pos4>. Acesso em: 27 jul. 2022b.
- BURCHARDT, Hans-J3rgen. Prefacio: Cuba: la isla entre ayer y ma3ana. *In*: NODARSE, Hiram Marquetti. **Las crisis en el desarrollo econ3mico de Cuba**. Ciudad Aut3noma de Buenos Aires: CLACSO; M3xico: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados - CALAS, 2021. Dispon3vel em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/05/Las-crisis-y-su-incidencia-en-el-desarrollo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- CASTOR, Suzy. Democracy and Society in Haiti: Structures of Domination and Resistance to Change. **Social Justice**, v. 19, n. 4 (50), p. 126-137, 1992. Dispon3vel em: <https://www.jstor.org/stable/29766719?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- CASTOR, Suzy. Hait3: El significado hist3rico de la revoluu3o de Saint-Domingue. **Archipi3lago: Revista cultural de nuestra Am3rica**, v. 11, n. 43, 2004. Dispon3vel em: <https://repositorio.unam.mx/contenidos/49580>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- CASTRO, Arachu; FARMER, Paul. ¿PERLAS DEL CARIBE? La salud p3blica en Hait3 y Cuba. **Revista Colombiana de Antropolog3a**, v. 40, jan. 2004, p. 319-352. Dispon3vel em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcan/v40/v40a11.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.
- CAVALCANTI, Leonardo *et al.* **A imigra3o Haitiana no Brasil: Caracter3sticas Demogr3ficas na regi3o Sul e no Distrito Federal**. Bras3lia: Portal de Imigra3o, 2016.

Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/75-a-imigracao-haitiana-no-brasil-caracteristicas-demograficas-na-regiao-sul-e-no-distrito-federal>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. **The World's Abortion Laws**. Disponível em:

<https://reproductiverights.org/maps/worlds-abortion-laws/>. Acesso em: 05 set. 2022.

CERVANTES, Clotilde Proveyer. Violencia de género: Aproximación desde la realidad cubana. **Revista Sexología y Sociedad**, v. 20, n. 1, p. 3-17, 2014. Disponível em:

<http://www.revsexologiaysociedad.sld.cu/index.php/sexologiaysociedad/article/view/465/498>. Acesso em: 14 set. 2022.

COLÓN, Alice; REDDOCK, Rhoda. Cambios en la situación de las mujeres en el Caribe a través del siglo veinte. **Op. Cit. Revista del Centro de Investigaciones Históricas**, v. 14, p. 213–245, 2002. Disponível em:

<https://revistas.upr.edu/index.php/opcit/article/view/17000>. Acesso em: 31 ago. 2022.

COSTANZA, Robert *et al.* **Beyond GDP: The Need for New Measures of Progress**. Boston: Boston University, 2009. Disponível em:

https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1010&context=iss_pub. Acesso em: 09 jul. 2022.

CÔTÉ, Denyse. Contemporary Feminist Struggles in Haiti: Against Neo-Colonialism, NGO-ization and the Deresponsibilization of the State. *In*: BOHN, Simone; LEVY, Charmain. **Twenty-First-Century Feminisms: Women's Movements in Latin America and the Caribbean**. Montreal, Quebec: McGill-Queen's University Press, 2021. p. 48-71. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/349142179_Contemporary_Feminist_Struggles_in_Haiti_Against_Neo-Colonialism_NGO-ization_and_the_Deresponsibilization_of_the_State. Acesso em: 31 ago. 2022.

CUBA. Constitución (2019). **Constitución de la República de Cuba**. La Habana, 2019.

Disponível em:

<http://media.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2019/01/Constitucion-Cuba-2019.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em:

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150622105955/artigo_final.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

DWIVEDI, O. P.; KHATOR, Renu; Jorge, NEF. A History of Development and Development as History. *In*: DWIVEDI, O. P.; KHATOR, Renu; Jorge, NEF (org.).

Managing Development in a Global Context. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 17-31.

Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/9780230627390>. Acesso em: 05 jul. 2022.

EBBINGHAUS, Bernhard. When Less is More: Selection Problems in Large-N and Small-N Cross-National Comparisons. **International Sociology**, v. 20, n. 2, jun. 2005, p. 133–152.

Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0268580905052366>. Acesso em: 10 set. 2022.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). **CEPALSTAT**: Statistical Databases and Publications. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=en>. Acesso em: 03 set. 2022.

ESCOBAR, Arturo. 2005. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. *In*: MATO, Daniel (org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31. Disponível em: <https://red.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/biblioteca/090505.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Differential Impact of Electoral Systems on Female Political Representation**. 1997. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/workingpapers/femm/w10/2_en.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

FATTON JUNIOR, Robert. Constitution without constitutionalism: Haiti and the vagaries of democratization. **New West Indian Guide**, v. 74, n. 1/2, p. 5-32, 2000. Disponível em: https://brill.com/view/journals/nwig/74/1-2/article-p5_1.xml. Acesso em: 02 set. 2022.

FENE, Fato; GÓMEZ-DANTÉS, Octavio; LACHAUD, James. Sistema de salud de Haití. **Salud Pública de México**, v. 62, n. 3, maio/jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0036-36342020000300298&script=sci_arttext. Acesso em: 05 set. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **DESENVOLVIMENTISMO: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

FULLER, Anne. ESSAY: CHALLENGING VIOLENCE: HAITIAN WOMEN UNITE WOMEN'S RIGHTS AND HUMAN RIGHTS. **Women's International League of Peace and Freedom**, 23 maio 1999. Disponível em: <https://www.peacewomen.org/node/90070#top>. Acesso em: 02 set. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GÉNEUS, Woodley; AZOR, Daniella. Presentación de Haití en el contexto regional de América Latina y el Caribe. *In*: GAYET, Cecilia Inés; CERVANTES, Claudio Alberto Dávila. **Salud reproductiva: Una perspectiva sociodemográfica en Haití**. Ciudad de México: FLACSO-México, 2019. p. 15-40. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvzsmc6w>. Acesso em: 05 set. 2022.

GIBBONS, E.; GARFIELD, R.. The Impact of Economic Sanctions on Health and Human Rights in Haiti, 1991-1994. **American Journal of Public Health**, v. 89, n. 10, p. 1499–1504, out. 1999. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1508819/>. Acesso em: 05 set. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAITÍ. Aplicación de la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer: Informes combinados 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 y 2006. **CEDAW/C/HTI/7**. Puerto Príncipe, 2008. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/416/27/PDF/N0841627.pdf?OpenElement>. Acesso em: 27 ago. 2022.

HAITI. Constitution (2012). **Haiti's Constitution of 1987 with Amendments through 2012**. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Haiti_2012.pdf?lang=en. Acesso em: 02 set. 2022.

HERMAN, Rebecca. An Army of Educators: Gender, Revolution and the Cuban Literacy Campaign of 1961. **Gender & History**, v. 24, n. 1, p. 93–111, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0424.2011.01670.x>. Acesso em: 09 set. 2022.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de. Rethinking Global and Domestic Challenges in Brazilian Foreign Policy. *In*: DOMINGUEZ, Jorge I.; COVARRUBIAS, Ana. **Routledge Handbook of Latin America in the World**. New York: Routledge, 2015.

HTUN, M. N.; JONES, M. P. Engendering the Right to Participate in Decision-making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America. *In*: CRASKE, Nikki; MOLYNEUX, Maxine. **Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America**. New York: Palgrave, 2002. p. 32–56. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781403914118>. Acesso em: 30 jul. 2022.

HUGHES, Melanie M.; PAXTON, Pamela. The Political Representation of Women over Time. *In*: FRANCESCHET, Susan; KROOK, Mona Lena; TAN, Netina. **The Palgrave Handbook of Women's Political Rights**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. Cuba: Events of 2021. **Human Rights Watch**, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/cuba>. Acesso em: 29 ago. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (INTERNATIONAL IDEA). **Gender Quotas Database: Haiti**. 2022a. Disponível em: <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas/country-view/125/35>. Acesso em: 02 set. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (INTERNATIONAL IDEA). **Gender Quotas Database: Quotas**. 2022b. Disponível em: <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas/quotas>. Acesso em: 11 set. 2022.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Historical dataset on the percentage of women in parliament between 1945-2018**. 2022a. Disponível em: <https://data.ipu.org/historical-women>. Acesso em: 19 ago. 2022.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Monthly ranking of women in national parliaments**. 2022b. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=7&year=2022>. Acesso em: 19 ago. 2022.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Statistical Archive**: Women in National Parliaments. 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>. Acesso em: 19 ago. 2022.

JEAN-LOUIS, Nicole. **History and Culture of Haiti**: Journey Through Visual Art. Bloomington: Xlibris, 2012.

JAMES, C. L. R. **The Black Jacobins**: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution. New York: Vintage Books, 1989.

KROOK, Mona Lena. Electoral Quotas and Beyond: Strategies to Promote Women in Politics. *In*: DOŠEK, Tomáš *et al.* **Women, Politics, and Democracy in Latin America**. New York: Palgrave Macmillan, 2017a.

KROOK, Mona Lena. Violence Against Women in Politics. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 74-88, jan. 2017b. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/violence-against-women-in-politics/>. Acesso em: 10 set. 2022.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. 2016. Gender and political violence in Latin America. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016. Disponível em: https://mlkrook.org/pdf/pyg_2016.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

KOLBE, Athena Rebecca. 'It's Not a Gift When It Comes with Price': A Qualitative Study of Transactional Sex between UN Peacekeepers and Haitian Citizens. **Stability: International Journal of Security and Development**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.gf/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

KOLBE, Athena R. Prospects for Post-Minustah Security in Haiti. **International Peacekeeping**, v. 27, n. 1, p. 44-57, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13533312.2020.1711557>. Acesso em: 27 jul. 2022.

KUPERBERG, Rebecca. Intersectional Violence against Women in Politics. **Politics & Gender**, v. 14, n. 4, p. 685-690, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1743923X18000612>. Acesso em: 10 set. 2022.

LAMRANI, Salim. El sistema de salud en Cuba: origen, doctrina y resultados. **Études caribéennes**, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etudescaribeennes.21413>. Acesso em: 24 ago. 2022.

LAMRANI, Salim. WOMEN IN CUBA: THE EMANCIPATORY REVOLUTION. **International Journal of Cuban Studies**, v. 8, n. 1, p. 109-116, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.13169/intejcubastud.8.1.0109>. Acesso em: 29 ago. 2022.

LE RIVEREND, Julio. **Breve Historia de Cuba**. La Habana: Editorial De Ciencias Sociales, 1999.

LECUONA, Oscar Zanetti. **História Mínima de Cuba**. México, D.F.: El Colegio de México, 2013.

MARQUES, Pâmela Marconatto. “**NOU LED, NOU LA!**” “**ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!**”: Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos; Maria Elly Genro. 2017. 233 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181461>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MARQUES, Pâmela Marconatto. Outras Estórias Haitianas: educação, resistência e esperança no mais desconhecido dos países latino-americanos. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 2, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-2-numero-2-2012/rebela/revista/artigo/outras-estoria-s-haitianas-educacao>. Acesso em: 09 set. 2022.

MONTERO, María del Carmen Remigi. La mujer en la sociedad cubana. Transformaciones a partir de la revolución. **InterNaciones**. v. 8, n. 21, jul.-dez. 2021. Disponível em: <https://internaciones.cucsh.udg.mx/index.php/inter/article/view/7183/6230>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MUÑOZ-POGOSSIAN, Betilde *et al.* Women, Politics, and Democracy in Latin America: An Introduction. *In: DOŠEK, Tomáš et al. Women, Politics, and Democracy in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

NUSSBAUM, Martha C. **Creating Capabilities: The Human Development Approach**. Cambridge; London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

NUSSBAUM, Martha C. **Women and Human Development: The Capabilities Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES (OAS). Statement of the OAS General Secretariat on Haiti. **OAS**, 08 ago. 2022. Disponível em: https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-045/22. Acesso em: 27 ago. 2022.

OUR WORLD IN DATA. **Child mortality vs. women's average years of schooling, 2010**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/correlation-between-child-mortality-and-mean-years-of-schooling-for-those-aged-15-and-older?time=latest&country=CUB~HTI~BRB~BLZ~CRI~DOM~SLV~GTM~HND~JAM~MEX~NIC~PAN~TTO>. Acesso em: 03 set. 2022.

PÉREZ, Boris Tristá; ALMEIDA, Amelia Gort; BAJOS, Enrique Iñigo. Equidad en la Educación Superior Cubana: Logros y Desafíos. **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, p. 117-133, 2013. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4180>. Acesso em: 16 set. 2022.

PESSÔA, Luisa Regina *et al.* A Educação Permanente e a Cooperação Internacional em Saúde: um olhar sobre a experiência de fortalecimento da Rede Haitiana de Vigilância, Pesquisa e Educação em Saúde, no âmbito do Projeto TRIPARTITE Brasil-Haiti-Cuba. **Divulgação em Saúde para Debate**, n. 49, p. 165-171, out. 2013. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/63802503ec0a8c6a0118ff263102e43216771f9f.PDF>. Acesso em: 05 set. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em:

<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh-0>. Acesso em: 08 jul. 2022.

PROSPERE, Renel; NOGARO, Arnaldo. **Educación y transformación social en/de Haití a la luz (de la pedagogía obrera) de Frantz Fanon.** Buenos Aires: CLACSO, 2018.

Disponível em:

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180524021848/Educacion_transformacion_haiti.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

RAMÍREZ, Lydia Guevara. Decreto Ley sobre la Maternidad de la Trabajadora, Nueva Contribución Legislativa en Pos de la Justicia Social y la Responsabilidad Familiar en Cuba.

Tribunal Supremo Popular de la República de Cuba, 10 jan. 2022. Disponível em:

<https://www.tsp.gob.cu/art%C3%ADculos/decreto-ley-sobre-la-maternidad-de-la-trabajadora-nueva-contribucion-legislativa-en-pos>. Acesso em: 05 set. 2022.

RITCHIE; Hannah; ROSER, Max. Gender Ratio. **Our World in Data**, jun. 2019. Disponível em:

<https://ourworldindata.org/gender-ratio#sex-ratio-through-adulthood>. Acesso em: 04 set. 2022.

SACHS, Ignacy. **Studies in Political Economy of Development.** Oxford: Pergamon Press, 1980.

SAINT-GERMAIN, Michelle A.; METOYER, Cynthia Chavez. **Women legislators in Central America: politics, democracy, and policy.** Austin: University of Texas Press, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Development as Freedom.** New York: Alfred A. Knopf, 1999.

STARRS, Ann M. *et al.* Accelerate progress—sexual and reproductive health and rights for all: report of the Guttmacher–Lancet Commission. **The Lancet Commissions**, online, v. 391, p. 2642–2692, maio 2018. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)30293-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)30293-9). Acesso em: 30 jul. 2022.

STONER, K. Lynn. **From the house to the streets: the Cuban woman's movement for legal reform, 1898-1940.** Durham and London: Duke University Press, 1997.

TAPIA-VALDÉS, Jorge. Cuba Constitucional. **Nueva Sociedad**, n. 28, jan.-fev. 1977, p. 87-101. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/293_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

THE WORLD FACTBOOK. **World and Regional Maps: Political Central America and the Caribbean.** Washington, DC: Central Intelligence Agency, 2021. Disponível em:

<https://www.cia.gov/the-world-factbook/maps/world-regional/>. Acesso em: 16 set. 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti, State Against Nation: The Origins and Legacy of Duvalierism.** New York: Monthly Review Press, 1990.

TROUILLOT, Michel-Rolph. UNA HISTORIA IMPENSABLE: LA REVOLUCIÓN HAITIANA COMO UN NO-ACONTECIMIENTO. *In*: LEÓN, Camila Valdés; VOLTAIRE, Frantz. **Antología del pensamiento crítico haitiano contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvnp0jsn>. Acesso em: 26 jul. 2022.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Gender Development Index (GDI)**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/gender-development-index#/indicies/GDI>. Acesso em: 08 jul. 2022a.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Gender Inequality Index (GII)**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/thematic-composite-indices/gender-inequality-index#/indicies/GII>. Acesso em: 08 jul. 2022b.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Index**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: 07 jul. 2022c.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Cuba**. 2020a. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/CUB>. Acesso em: 03 set. 2022.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Haiti**. 2020b. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/CUB>. Acesso em: 03 set. 2022.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Tackling Social Norms: A game changer for gender inequalities**. New York: UNDP, 2020c. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdperspectivesgsnipdf_1.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **HAITI**: Impact of the deteriorating security situation on humanitarian access. OCHA, 08 jul. 2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/haiti/haiti-impact-deteriorating-security-situation-humanitarian-access-background-note-8-july-2022>. Acesso em: 27 jul. 2022.

WORLD BANK. **GDP (current US\$)** - Brazil, Cuba, Haiti, Sri Lanka. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BR-CU-HT-LK>. Acesso em: 07 jul. 2022a.

WORLD BANK. **Contraceptive prevalence, any method (% of married women ages 15-49)** - Haiti, Cuba. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.CONU.ZS?end=2019&locations=HT-CU&start=1977&view=chart>. Acesso em: 03 set. 2022b.

WORLD BANK. **Population, total** - Haiti, Cuba. Disponível em:
<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=HT-CU>. Acesso em: 24 ago. 2022c.

WORLD ECONOMIC FORUM, 2022. **Global Gender Gap Report 2022**. Geneva: World Economic Forum, 2022. Disponível em:
https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2022.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

WORLD VALUES SURVEY (WVS). **Online Data Analysis**. Disponível em:
<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>. Acesso em: 13 set. 2022.

WYLIE, Lana; SHOKER, Sarah. Cuba: Women's Complicated Political Participation and Representation. *In*: FRANCESCHET, Susan; KROOK, Mona Lena; TAN, Netina. **The Palgrave Handbook of Women's Political Rights**. London: Palgrave Macmillan, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/978-1-137-59074-9>. Acesso em: 03 set. 2022.

ZANELLA, Cristine Koehler; BERALDO, Maria Carolina Silveira. ONU introduz epidemia de cólera no Haiti. **Le Monde Diplomatique**, 06 fev. 2012. Disponível em:
<https://diplomatie.org.br/onu-introduz-epidemia-de-colera-no-haiti/>. Acesso em: 06 set. 2022.